

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Eurico Aguiar Machado

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Orientador: Prof. Doutor Hermínio Joaquim de Matos

Lisboa, 03 de maio de 2017



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Eurico Aguiar Machado

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração
contraterrorista e o terrorismo jihadista**

Orientador: Prof. Doutor Hermínio Joaquim de Matos

Lisboa, 03 de maio de 2017



À minha mãe, a quem tudo devo.

Agradecimentos

Esta dissertação constitui o fim do Curso de Formação de Oficiais de Polícia e, como qualquer trabalho científico, não é resultado de um esforço individual, mas sim do esforço de um conjunto de pessoas que, diretamente ou indiretamente, contribuíram de forma tremenda para que tudo isto se tornasse possível.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família e amigos, pelo apoio constante que me prestaram não só ao longo deste último ano, mas durante todo o curso, que em muito contribuiu para que conseguisse superar todas as árduas barreiras que me foram surgindo durante este percurso. Um especial agradecimento à minha mãe, por tudo o que fez por mim todos estes anos.

À Polícia de Segurança Pública, por tornar possível o meu sonho de ser Oficial de Polícia.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, por tanto me ter ensinado e contribuído para a minha formação profissional e pessoal e ter-me feito crescer enquanto polícia e, acima de tudo, como pessoa.

Ao 29º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pela camaradagem demonstrada ao longo destes cinco anos. Em especial, aqueles que, mais do que camaradas, tornaram-se amigos para a vida.

Ao Professor Doutor Hermínio Matos, em primeiro lugar, por ter aceite orientar este projeto, e em segundo, por todos os conselhos e ensinamentos dados ao longo deste ano. O seu vasto conhecimento nestas temáticas foi, indiscutivelmente, essencial na concretização desta dissertação.

A todos, a minha imensa e humilde gratidão.

Resumo

Hodiernamente, o Mundo está, claramente, permeável à ameaça terrorista de matriz islamista, a qual tem ganho proeminência internacional ao longo dos últimos anos e espalhado o terror nas sociedades ocidentais.

O nível de insegurança e mau estar na sociedade, resultado dessas ações extremistas, levam a que este seja um dos temas mais debatidos no plano securitário dos Estados democráticos e um dos principais focos das forças e serviços de segurança. A estas exige-se a adoção de medidas eficazes para, em primeira instância, prevenir um possível atentado em solo ocidental, e, em segundo lugar, erradicar estas organizações terroristas do mundo.

Portugal, que não escapa ao variado leque de países sobre a qual impende esta ameaça jihadista, necessita, impreterivelmente, de acompanhar o crescimento deste fenómeno no espaço europeu e nacional, assim como adotar políticas contraterroristas capazes de proteger os cidadãos portugueses das atrozidades investidas jihadistas que amiúde têm espalhado o terror por várias cidades europeias.

A *Intelligence* deve assumir um papel preponderante no plano contraterrorista nacional, onde a HUMINT, em particular, é uma vertente que deve ser explorada e desenvolvida, por se mostrar essencial no combate ao terrorismo. Ao longo deste trabalho, pretendemos aprofundar esta temática da HUMINT no contraterrorismo, nomeadamente a questão da infiltração contraterrorista, cuja ponte com a ameaça terrorista de matriz islamista é fundamental, por força do protagonismo que estes extremistas assumem nos dias de hoje.

Palavras-chave: Terrorismo; Jihadismo; Contraterrorismo; *Intelligence*; Infiltração Contraterrorista.

Abstract

The world in modern times is clearly permeable to the terrorist threat of an Islamist matrix, which has gained international prominence over the past few years and spread terror in Western societies.

The level of insecurity and ill-being in society, as a result of these extremist actions, make this issue one of the most debated in the security of democratic states and one of the main focus of security forces and services which are called upon to take effective measures to prevent a possible attack on Western soil in the first instance and, secondly, to eradicate these terrorist organizations from the world.

Portugal, which does not escape the varied range of countries on which this jihadist threat is based, urgently needs to follow the growth of this phenomenon both in European and national space, as well as adopt counterterrorist policies capable of protecting Portuguese citizens from the atrocious jihadist attacks that have spread terror around many European cities.

Intelligence services must play a leading role in the national counterterrorism plan, in which HUMINT in particular is a field that must be explored and developed because it is essential in the fight against terrorism. Throughout this work, we intend to deepen this issue of HUMINT in counterterrorism, namely the issue of counterterrorism infiltration, whose link with the terrorist threat of an Islamist matrix is fundamental, due to the protagonism that these extremists assume today.

Keywords: Terrorism; Jihadism; Counterterrorism; Intelligence; Counterterrorism Infiltration.

Lista de Siglas e Abreviaturas

CIA - Central Intelligence Agency

DAESH - al-Daula al-Islamiya al-Iraq wa Sham (Estado Islâmico do Iraque e Sham)

EEI - Elementos Essenciais de Informação

EU – European Union (União Europeia)

EUROPOL - European Union's Law Enforcement Agency

HUMINT – Human-source Intelligence

GEOINT - Geospatial Intelligence

GNR - Guarda Nacional Republicana

IMINT - Imagery Intelligence

ITACG - Interagency Threat Assessment and Coordination Group

MASINT - Measurement and Signature Intelligence

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OEI – Outros Elementos de Informação

ONU – Organização das Nações Unidas

OPC - Órgão de Polícia Criminal

OSCOT - Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

OSINT - Open-source Intelligence

PJ - Polícia Judiciária

PSP - Polícia de Segurança Pública

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa

SIGINT - Signals Intelligence

SIS – Serviço de Informações de Segurança

SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa

TECHINT – Technical-source Intelligence

TE-SAT - European Union Terrorism Situation and Trend Report

UCAT – Unidade de Coordenação Antiterrorismo

Lista de Figuras

Figura 1 – Territórios que o DAESH pretende conquistar até 2020.

Figura 2 – Número de indivíduos detidos na União Europeia por ligações com grupos de matriz islamista, em 2015.

Figura 3 – Número de indivíduos detidos na União Europeia por ligações com grupos de matriz islamista, de 2011 a 2015.

Figura 4 – Número de ataques e detenções feitas, no âmbito do terrorismo, na União Europeia, em 2015.

Figura 5 – Objetivos estratégicos do contraterrorismo.

Figura 6 – Ciclo de produção de *Intelligence*.

Figura 7 – Fases da infiltração contraterrorista.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Lista de Siglas e Abreviaturas	IV
Lista de Figuras	V
Introdução	1
Enquadramento	1
Objetivos	4
Questão Central	4
Questões Derivadas	4
Metodologia	5
Capítulo I – Enquadramento temático e conceptual	7
1.1- Terrorismo	7
1.2- Terrorismo de inspiração religiosa.....	11
1.2.1- Jihadismo – O islamismo violento.....	12
1.2.2 – A globalização do fenómeno jihadista	16
1.2.3 – A ameaça jihadista a Portugal	19
Capítulo II – Contraterrorismo	24
2.1- Contraterrorismo e Antiterrorismo – A premência de uma resposta ao terrorismo .	24
2.2- Consequências inerentes do combate ao terrorismo.....	29
2.3- A Intelligence no Contraterrorismo	31
2.3.1 – Conceptualização de intelligence	32
2.3.2 – Ciclo de produção de intelligence	35

2.3.3 – A importância da HUMINT enquanto fonte de intelligence.....	37
Capítulo III – O agente infiltrado	41
3.1- As ações encobertas no contexto português – análise legislativa e doutrinária	41
3.2- O processo de infiltração contraterrorista.....	45
3.2.1- As fases da infiltração contraterrorista	48
3.3 – A ética e a espionagem	53
3.4 - A infiltração em grupos de matriz jihadista	56
Conclusão	59
Referências	64
Anexos	75

Introdução

Enquadramento

O terrorismo, nomeadamente o de matriz islamista, assume-se, atualmente, como uma das ameaças que mais se insurge contra as sociedades livres e democráticas. Amiúde têm sido perpetrados ataques terroristas por todo o globo ao longo dos últimos anos e, tal facto, vem despoletar nos cidadãos um imensurável sentimento de insegurança, assim como uma premente preocupação para os governos e forças e serviços de segurança, particularmente dos países que são vítimas dessas atrozidades investidas jihadistas.

Esta é uma ameaça que, há muito, ultrapassou as barreiras geográficas do Médio Oriente (Ganor, 2015), tornando-se cada vez mais globalizada. A Europa, que não conseguiu escapar à globalização deste fenómeno, tornou-se já palco de alguns bárbaros atentados por parte do terrorismo jihadista, surgindo a dúvida inquietante de saber se Portugal poderá ser um futuro visado destas organizações que, em crescendo, espalham o terror por todo o mundo, de onde não se excluem as sociedades ocidentais (Reinares, 2008).

Por força desses acontecimentos, a área do contraterrorismo assume-se como fundamental para os serviços e forças de segurança que procuram a defesa da sociedade contra este tipo de terrorismo. Como refere Jenkins (2006), não se consegue prever quando é que a ameaça terrorista poderá ser erradicada das nossas sociedades, sendo, provavelmente, uma ameaça que se prolongará durante muitos mais anos, o que exige às forças e serviços de segurança uma constante avaliação e trabalho no sentido de combater estes tipos de organizações.

Para fazer face a esta ameaça terrorista, mostra-se de elevada pertinência a elaboração de estudos que visem uma abordagem holística e aprofundada deste fenómeno, onde é fundamental o estudo das motivações, objetivos, alvos, táticas e modos de atuação destes grupos terroristas, cuja ameaça impende sobre as sociedades democráticas (Crelinsten, 2009). Só conhecendo o tipo e especificidades da ameaça com que nos confrontamos será possível adotar medidas concertadas e eficazes para as erradicar.

Parte dessas medidas passa pela *Intelligence*. Esta vertente do contraterrorismo assume uma importância fulcral, pois para se fazer face a esta ameaça mostra-se

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

imperativo possuir informação credível, relevante e em tempo útil, que permita aos serviços de *Intelligence*, em primeiro lugar, prevenir possíveis ofensivas terroristas e, em segunda instância, localizar e dismantelar essas redes terroristas (Veness, 2009).

A recolha de informações através de fontes humanas, usualmente designada por HUMINT (*Human Intelligence*), assumirá especial enfoque nesta dissertação. Este tipo de fonte de informação pode ser mais profícuo e eficiente na luta contra o terrorismo do que qualquer outro tipo de fonte (Johnson, 2010), nomeadamente se os agentes em causa estiverem infiltrados em organizações terroristas e, a partir daí, recolherem informações essenciais para o combate ao fenómeno terrorista.

Debruçar-nos-emos, então, sobre esta temática da infiltração contraterrorista, onde visamos compreender em que consiste esta tática, obtendo uma visão holística deste tipo de operação contraterrorista com um estudo das vantagens e dos inconvenientes que lhes estão associados. Importa-nos perceber a sua importância enquanto meio de obtenção de informações privilegiadas sobre as organizações terroristas atuais, pois “a grande valência da *Intelligence* no contraterrorismo é, pois, a de recolher e disponibilizar informações sobre indivíduos, líderes, células ou grupos terroristas, por forma a facilitar o seu desmembramento” (Matos, 2016, p. 218).

Acreditamos que Portugal, que não escapa ao enorme leque de países que estão na mira desta ameaça terrorista, algo que analisaremos mais aprofundadamente ao longo do presente trabalho, deve possuir mecanismos para fazer face a este tipo de fenómeno, que se constitui, indiscutivelmente, como uma das ameaças mais prementes à segurança dos Estados democráticos. A infiltração contraterrorista será um desses mecanismos, pelo que pretendemos perceber se a sua implementação poderá vir a revelar-se, efetivamente, profícuo na luta contra este tipo de terrorismo e, assim, constituir-se como uma das táticas a adotar por parte das forças e serviços de segurança dos Estados ameaçados pelo terrorismo jihadista.

Atendendo à escassa investigação produzida, a nível nacional, da temática da infiltração contraterrorista, pretendemos efetuar um estudo exploratório-descritivo deste meio de obtenção de informações, onde a ponte com a ameaça do terrorismo jihadista se nos afigura pertinente, tendo em conta o contexto do atual quadro de ameaças à segurança dos Estados.

No que concerne à estrutura da presente dissertação, dividimo-la em três capítulos. No primeiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre a temática do terrorismo, nomeadamente o

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

de matriz islamista, por indubitavelmente se encontrar na ordem do dia. Faremos, em primeiro lugar, a conceptualização de terrorismo, por forma a melhor compreendermos este tipo de fenómeno e, posteriormente, um estudo da ideologia islamista, de que o jihadismo global é atualmente destacado protagonista. Mostra-se, pois, necessário estudar o alcance global deste fenómeno, por forma a melhor compreender quais os países que estas organizações extremistas visam afetar e, acima de tudo, perceber se existe uma real e efetiva ameaça jihadista a Portugal que justifique, no seu combate, ações concertadas por parte das suas forças e serviços de segurança.

No capítulo seguinte, entraremos na temática do contraterrorismo, onde a vertente da *Intelligence* se assumirá como preponderante no nosso estudo. Primeiramente, faremos a conceptualização e distinção dos conceitos de contraterrorismo e antiterrorismo, amiúde associados a um dilema conceptual. Posteriormente, abordaremos também as consequências inerentes à área do contraterrorismo, onde serão devidamente estudadas as desvantagens e os inconvenientes das medidas contraterroristas. Por fim, exploraremos a vertente da *Intelligence*, onde para além da sua correta conceptualização e de analisado o seu ciclo de produção de informações, focaremos a nossa análise na HUMINT e a sua importância no combate ao fenómeno terrorista.

No último capítulo, abordaremos a questão do agente infiltrado. Embora o nosso objetivo passe por analisar esta tática no âmbito do contraterrorismo, faremos uma abordagem à legislação e doutrina portuguesa no que concerne à temática das ações encobertas, de modo a perceber o que há em Portugal neste âmbito. Após essa análise, entraremos no processo de infiltração contraterrorista, onde serão detalhadamente analisadas as diversas fases que constituem este tipo de operação, por forma a melhor compreendermos como se desenrola todo este processo. A dicotomia ética *versus* espionagem será também alvo de análise, visto serem inúmeras as questões éticas inerentes a este tipo de abordagem, um tema incontornável no âmbito da presente dissertação. Por fim, dada a imperatividade do assunto, faremos alusão à infiltração de organizações terroristas de matriz islamista. Aqui debruçar-nos-emos sobre as dificuldades intrínsecas a este tipo de operação, por forma a perceber se há realmente vantagens, ou não, em levar a cabo esta tática de ação no contraterrorismo.

Objetivos

Questão Central

Nesse sentido, o objetivo primordial deste trabalho prende-se com a temática da infiltração contraterrorista e a sua importância para fazer face à ameaça jihadista em Portugal, vertido na seguinte questão central:

É importante a implementação da tática de infiltração contraterrorista, por parte das forças e serviços de segurança em Portugal, para fazer face à ameaça jihadista?

Questões Derivadas

Para além da suprarreferida questão de partida que elencámos, parece-nos igualmente pertinente a elaboração de algumas questões derivadas que ajudem a balizar aquele que vai ser o nosso objeto de investigação e cuja resposta mostra-se essencial para a elaboração deste trabalho. Destacamos, então, as seguintes questões:

P.D. 1 - O que é o terrorismo e que tipos de terrorismo existem?

P.D. 2 - Em que consiste o terrorismo jihadista e quais as suas pretensões?

P.D. 3 - Portugal é um alvo prioritário para os grupos terroristas jihadistas?

P.D. 4 - Quais as consequências inerentes às políticas contraterroristas?

P.D. 5 - Qual o grau de eficácia da *Intelligence* no contraterrorismo?

P.D. 6 - A HUMINT, assume-se como a mais eficaz e eficiente forma de recolha de informação no âmbito da *Intelligence*?

P.D. 7- O atual regime jurídico das ações encobertas em Portugal permite a infiltração no âmbito do terrorismo?

P.D. 8 – Em que consiste o processo de infiltração contraterrorista?

P.D. 9 - O processo de recrutamento e infiltração de agentes em estruturas terroristas suscita questões éticas?

P.D. 10 - Serão as assimetrias sociais e culturais entre a realidade ocidental e a islamista um fator impeditivo (dificuldade/obstáculo) do recrutamento e infiltração de agentes em grupos/células jihadistas?

Metodologia

Na elaboração do presente trabalho iremos recorrer ao método qualitativo, pois “quando o estudo é de carácter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenómeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada” (Godoy, 1995, p. 63). Tendo em conta que o que se pretende é, fundamentalmente, a elaboração de um estudo de carácter exploratório-descritivo sobre a temática da infiltração contraterrorista, o método qualitativo parece-nos, então, o mais apropriado, por forma a obtermos uma visão holística e correta desta temática.

Na fase da rutura, primeira fase do procedimento científico (Quivy & Campenhoudt, 1998), pretendemos proceder à recolha e revisão bibliográfica do tema em questão, de modo a elaborar um trabalho sólido e com base na realidade e na literatura existente, pois “todo o trabalho de investigação se insere num *continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a, correntes de pensamento que o precedem e influenciam” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 50).

A nossa recolha e revisão bibliográfica incidirá sobre fontes secundárias e oficiais, tais como a produção científica nacional e internacional (obras e monografias, e outras publicações científicas nas áreas abrangidas nesta dissertação, como o terrorismo, o contraterrorismo, a *Intelligence* e a infiltração contraterrorista), sobre a legislação que se afigure pertinente no âmbito deste trabalho, manuais oficiais de instituições e estatísticas criminais, nomeadamente os relatórios anuais de segurança interna.

Com o intuito de analisar e dissecar toda a informação conseguida no âmbito da revisão e recolha bibliográfica, iremos recorrer à análise de conteúdo, definida como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Krippendorff, 2004, p. 18). Ao utilizar esta técnica será possível uma análise mais pormenorizada de todos os dados e informações recolhidas, pois esta permite um tratamento metódico desses mesmos dados e informações, mesmo os que apresentam um maior grau de profundidade ou complexidade (Quivy & Campenhoudt, 1998). Os

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

mesmos autores referem que “a análise de conteúdo (ou, pelo menos, algumas das suas variantes) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy & Campenhouldt, 1998, p. 227).

Given (2008, p. 120) vem acrescentar que “no estudo qualitativo, a análise de conteúdo é interpretativa, envolvendo o estudo aprofundado de textos”. Pretendemos, pois, de modo a assegurar a validade desta investigação, elaborar uma interpretação correta de toda literatura estudada e, a partir desta, validar, de modo fundamentado, as conclusões que iremos expor no final da dissertação.

Capítulo I – Enquadramento temático e conceptual

1.1- Terrorismo

Antes da elaboração de um trabalho sobre terrorismo, importa, em primeira instância, conceptualizar e entender a temática em questão. Esta conceptualização não é simples, pelo contrário, trata-se de um conceito difícil de definir e onde não há, de todo, unanimidade, havendo centenas de definições de terrorismo (Schmid, 2011). A opinião da maioria dos estudiosos desta temática é a de que uma definição internacionalmente aceite nunca poderá ser acordada (Ganor, 2002), consequência da dificuldade e complexidade da sua definição.

Não obstante, “uma definição objetiva de terrorismo não só é possível, como é indispensável para que se consiga, efetivamente, combater esta ameaça” (Ganor, 2002, p. 288). Ganor (2002) tenta elucidar para a importância da conceptualização deste fenómeno, pois para fazer face a determinada ameaça, importa, primeiramente, estudá-la e conhecê-la e, só depois de haver uma correta interpretação do problema em causa, implementar medidas que se mostrem oportunas e eficazes na erradicação da ameaça. Como alude o referido autor, “todos dão as mãos e dizem que estão juntos no combate ao terrorismo, mas se definem o terrorismo de forma diferente, qual é o significado desta cooperação?” (Ganor, 2011, p. 57).

Hoffman (2006), no mesmo sentido, destaca o facto de a maioria das pessoas não compreender verdadeiramente este conceito de terrorismo, mesmo apesar de todo o protagonismo que esta temática assume na ordem do dia, realçando a importância de uma definição precisa e concreta do fenómeno em causa.

Dada a premência de uma definição, objetiva e internacionalmente aceite, vários autores tentam definir terrorismo. Schmid (2011), entre estes, foi dos que mais se dedicou a esta temática, tendo analisado de forma aprofundada e crítica algumas definições em particular, tais como: a definição proposta pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América em 2006; as várias tentativas de definição pelas Nações Unidas ao longo dos anos; e a sua própria definição, proposta pela primeira vez na década de 1980 e revista em 2011.

Começando pela definição apresentada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América em 2006, “terrorismo significa violência premeditada e politicamente

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

motivada contra não combatentes, levada a cabo por grupos pertencentes a outros Estados ou agentes clandestinos, com intenção de influenciar multidões” (State Department cit. in Schmid, 2011, p. 44). Segundo Schmid (2011), esta definição não engloba todos os problemas e características relacionadas com o terrorismo, não podendo servir como definição modelo que seja social e cientificamente aceite. Algumas das falhas apresentadas por Schmid (2011) são: as constantes alterações da definição de terrorismo mediante diferentes circunstâncias ao longo do tempo; a mudança da interpretação do termo “não combatente”; a não correta explicitação da expressão “violência política”; e a falta de chavões essenciais como “medo”, “ameaça” ou “intimidação”.

No que concerne às Nações Unidas, sempre houve uma grande dificuldade em definir o conceito de terrorismo. De entre as várias definições apresentadas ao longo do tempo, Schmid (2011) considera a apresentada em dezembro de 2004 no *High-Level on Threats, Challenges and Change Report*, como sendo a melhor elaborada. Nesse relatório, o terrorismo é definido como uma ação onde “há a intenção de causar morte ou ferimentos graves a civis e não combatentes, com a intenção de intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer, ou se abster de fazer, determinado ato” (Nações Unidas, cit. in Schmid, 2011, p. 60). Apesar das várias tentativas de definição de terrorismo, por parte das Nações Unidas, Schmid (2011) considera-as, também, insatisfatórias no que às ciências sociais diz respeito.

Tomemos por referência a definição académica sugerida, pela primeira vez, na década de 1980 por Schmid. Esta definição obteve grande consenso, dentro e fora do mundo académico, mas, inevitavelmente, também foi alvo de algumas críticas (Schmid, 2011). Em 2011, é então apresentada por Schmid uma definição revista de terrorismo, segundo a qual o terrorismo refere-se:

por um lado, a uma doutrina sobre a presumida eficácia de uma tática especial para a geração de medo e de violência política e, por outro lado, a uma prática conspiratória de violência calculada, demonstrativa e direta sem qualquer tipo de restrição legal ou moral, com o objetivo de atingir maioritariamente civis e não combatentes, levada a cabo para a sua propaganda e para influenciar vários públicos-alvo e partes em conflito (Schmid, 2011, p. 86).

Esta conceptualização de terrorismo é, segundo Schmid (2011), a melhor definição deste conceito nos dias de hoje, reforçando ainda que uma definição academicamente

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

consensual é fundamental para melhor compreender este fenómeno e todas as suas vertentes.

Ganor (2002), outro académico de renome nesta matéria, defende que a sua definição assenta, fundamentalmente, em três pilares. O primeiro alude ao uso, ou a ameaça, de violência, excluindo, desta feita, qualquer atividade que apesar de apresentar semelhanças com terrorismo não apresente esta característica em particular, por exemplo, qualquer manifestação pacífica, mesmo que defenda objetivos relacionados com determinado grupo terrorista não é considerado terrorismo.

O segundo ponto é referente aos objetivos do terrorismo, sendo estes sempre políticos, onde se inclui os objetivos de matriz ideológica ou religiosa, pois este autor considera o objetivo político “suficientemente amplo para incluir também objetivos ideológicos ou religiosos” (Ganor, 2002, p. 294). Isso vem excluir todos os grupos que apesar de exercerem violência contra civis, não o fazem com nenhum objetivo político em particular, por exemplo, mudar uma política em uso ou a pessoa no poder político, sendo simplesmente considerados grupos criminosos e não grupos com ligações ao terrorismo. Como defende Weinberg e Eubank (2006), o terrorismo é o uso da violência com motivações políticas, onde um dos grandes objetivos é mandar uma mensagem (política).

Por fim, temos o facto de os ataques terroristas incidirem, essencialmente, sobre civis e não sobre forças militares ou forças de segurança, como é o caso da guerrilha. Ganor (2002) considera importante fazer a distinção entre os conceitos de guerrilha e terrorismo, pois embora estes apresentem algumas semelhanças, são distintos e não devem ser confundidos. Por um lado, a guerrilha constitui-se como a utilização de “violência contra forças militares ou de segurança para atingir objetivos políticos, ideológicos e religiosos, enquanto que o terrorismo é o uso, ou sua ameaça, de violência contra civis com o objetivo de atingir objetivos políticos, ideológicos e religiosos” (Ganor, 2002, p. 288).

A partir das definições apresentadas por Ganor, denotamos que os grupos de guerrilha e os grupos terroristas apresentam os mesmos objetivos, sendo estes políticos, ideológicos e religiosos. No entanto, estes dois tipos de grupos distinguem-se pelos seus alvos, pois enquanto a guerrilha visa, fundamentalmente, alvos militares ou pertencentes a forças de segurança, um grupo terrorista procura, essencialmente, alvos civis, estando nesse facto a grande diferença entre ambos. Um ataque terrorista, segundo Ganor (2002), não deve ser confundido com um ataque a um grupo de civis que, acidentalmente, é apanhado no meio de um palco de guerra e sofre as consequências de estar lá presente, pois

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

o terrorismo visa, precisamente, atacar grupos de pessoas civis para, a partir daí, prosseguir os seus interesses e objetivos.

Hoffman (2006) apresenta-nos uma definição semelhante à proposta por Ganor (2002), mas abordando outro ponto que consideramos importante. Este refere que o terrorismo consiste na propagação do medo através da violência, ou da ameaça do seu uso, com o objetivo de alcançar objetivos políticos. Este autor dá grande ênfase aos efeitos psicológicos causados por um ataque terrorista, que se constitui como um dos principais objetivos dos grupos terroristas. Ou seja, o objetivo destes grupos passa, também, por intimidar o maior número de pessoas, pois é através do medo que espalham e da publicidade da sua violência que as organizações ganham o poder que necessitam para mudar paradigmas políticos (Hoffman, 2006).

Importa também uma análise da definição de Weinberg e Eubank (2006, p.4), que, indo ao encontro de Hoffman (2006), defendem que o terrorismo é “uma forma de comunicação política particularmente violenta que em muito depende dos modernos meios de comunicação, como a televisão ou a internet, para mandar uma mensagem ao público, com o objetivo de influenciar os seus pensamentos e comportamentos”. Estes autores, para além das intenções políticas já abordadas, também realçam a importância da publicidade de um ataque terrorista para o sucesso do mesmo, ou seja, mostra-se preponderante que a mensagem (política) subjacente ao ataque e que a violência do mesmo seja noticiada e divulgada pelas redes sociais, de modo a chegar ao maior número de pessoas possível para que as mesmas sejam influenciadas e intimidadas pelos ideais e pensamentos políticos que o grupo terrorista possui e pela violência que desencadeia, respetivamente.

Por último, a definição de Matos (2011) que, em nosso entender, enquadra de forma holística o fenómeno em causa e aborda todos os pontos essenciais que vimos ao longo deste capítulo, aproximando-se muito de uma definição que representa na íntegra a temática em estudo. Segundo o autor, o terrorismo pode ser entendido como:

Uma técnica de acção usada contra alvos humanos, selectivos ou indiscriminados, através de meios especialmente violentos, ou a efectiva ameaça do seu uso, ou especificamente contra alvos não humanos, como infra-estruturas físicas, críticas ou simbólicas, instilando um clima de terror e insegurança que afecta não só os alvos primários, as suas vítimas directas, como também os seus alvos potenciais, coagindo indirectamente, desse modo, a acção de governos ou organizações e

influenciando a opinião pública a favor da prossecução dos seus objectivos políticos, ideológicos, criminais ou religiosos (Matos, 2011, p. 16).

1.2- Terrorismo de inspiração religiosa

O fenómeno terrorista pode ser dividido em várias tipologias, consoante as motivações políticas, ideológicos e/ou religiosas em questão. A European Union's Law Enforcement Agency (EUROPOL), através do *European Union Terrorism Situation and Trend Report (TE-SAT)* de 2015, vem definir cinco tipologias de terrorismo: o terrorismo de inspiração religiosa; o terrorismo étnico-nacionalista e separatista; o terrorismo de extrema-esquerda e anarquismo; o terrorismo de extrema-direita e, por fim, o terrorismo denominado de *Single Issue*.

No que concerne ao terrorismo de inspiração religiosa, considerado por Rapoport (2004) a quarta vaga do terrorismo, o mesmo consiste em atos de “violência extrema utilizada por grupos religiosos para forçar mudanças. Tais terroristas acreditam que a sua causa e o exercício de violência são abençoados por Deus” (Dyson cit. in Purpura, 2007, p. 17), acrescentando Hoffman (2006, p. 88) que o exercício de violência corresponde a um “dever divino”. Neste peculiar tipo de terrorismo, as ações terroristas levadas a cabo por indivíduos, grupos ou organizações são justificadas e motivadas pela religião.

No âmbito da presente dissertação, o terrorismo de inspiração religiosa será o foco de estudo, pois os “objetivos religiosos têm sido uma motivação para ataques terroristas, especialmente nos últimos anos” (Weinberg & Eubank, 2006, p. 10). Nesse sentido, (Piazza, 2009) menciona que o crescimento deste tipo de terrorismo nos últimos anos é um fator explicativo do aumento de ataques terroristas com um grande número de fatalidades, algo que é apanágio dos ataques perpetrados por grupos terroristas inspirados na religião, principalmente pelos grupos islamistas. O crescimento e o elevado sentimento de insegurança instaurado por este tipo de terrorismo, faz do mesmo uma temática contemporânea de enorme importância, sendo o seu estudo indispensável.

Os *TE-SAT* de 2015 e 2016, elaborados pela EUROPOL, vêm reforçar esta tese. Segundo o relatório de 2015, no espaço da União Europeia, o número de detenções relacionadas com o terrorismo de inspiração religiosa teve um aumento significativo de 216 detenções, em 2013, para 395 em 2014, acrescentando ainda que 4 pessoas morreram em 2014 vítimas de ataques terroristas de inspiração religiosa. O relatório de 2016, que

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

aborda especificamente o terrorismo jihadista, pelo protagonismo que assume atualmente, vem apresentar resultados ainda mais esclarecedores quanto à presença deste tipo de terrorismo nos tempos atuais. Segundo este relatório, as detenções relacionadas com o terrorismo jihadista aumentaram de 395 em 2014 para 687 em 2015. Os ataques terroristas jihadistas perpetrados também tiveram um aumento de 4 em 2014 para 17 em 2015 e, por fim, verificou-se igualmente um aumento no número de vítimas mortais, passando a 150 mortes em 2015, contra “apenas” 4 verificadas no ano anterior.

1.2.1- Jihadismo – O islamismo violento

O terrorismo, atualmente, é sobretudo motivado pela religião, onde o fenómeno do islamismo está presente na grande maioria dos casos (Weinberg & Eubank, 2006). Piazza (2009, p. 64), que estudou este ponto em particular, vem esclarecer que entre os anos de 1968 a 2005, grupos terroristas de matriz islamista foram responsáveis por “93,6% de todos os ataques perpetrados por grupos terroristas de inspiração religiosa”, número esclarecedor quanto à predominância do islamismo neste particular. Para além deste facto, o mesmo autor acrescenta que no que concerne aos grupos islamistas há, ainda, uma diferença substancial entre os grupos associados à al-Qaeda e os não associados com esta organização, pois no que respeita ao número de vítimas aquando dos ataques perpetrados, os grupos associados à al-Qaeda apresentam números de vítimas francamente superiores.

O Islão e o islamismo são usualmente confundidos, no entanto, são distintos, pois importa mencionar que o islamismo representa apenas uma pequena minoria do mundo muçulmano (Weinberg & Eubank, 2006), sendo uma “ínfima parte da comunidade religiosa islâmica mundial” (Matos, 2016, p. 161). “Fazer a assimilação entre os islamitas e a generalidade dos muçulmanos é uma injustiça para estes” (Torres, 2004, p. 110), o que leva a que seja importante realçar uma distinção clara entre o Islão e o islamismo.

Enquanto o Islão é a religião em si, o islamismo é uma ideologia que visa “a mudança do *status quo* por uma incompatibilidade relativamente aos valores e/ou à ordem jurídica, social e política da situação vigente. É, na sua essência, um movimento de rutura, porque deseja a mudança e a aniquilação do adversário” (Duarte, 2015, p. 31). É, portanto, uma ideologia que apresenta alguns pontos de divergência com o Islão e que não pode ser vista como uma extensão do mesmo.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Como refere Matos (2016, p. 161), “esta franja radical islamista (...) propõe um Islão aglutinador que professa a empresa de uma *Jihad Global* contra o Mundo Ocidental, em geral, e contra *Judeus e Cruzados*, em particular”. Segundo estes grupos islamistas “uma obediência rígida aos ensinamentos do Corão, o livro sagrado do Islão, contempla o dever do fiel muçulmano de combater através da violência os que não aceitam a palavra de Deus e limitam o poder e expansão do islamismo” (Vegar, 2007, p. 165). Nesse sentido, Pires (2016, p. 16) explana que os radicais islâmicos “apresentam princípios claros e muito simples de seguir: os homens nunca podem interpretar o que foi ditado por Deus (Alá) e tudo o que é preciso saber está no Corão e na Suna”.

Hoffman (2006) refere que o terrorismo de matriz religiosa tem como característica a perpetração de ataques destrutivos e que visam um grande número de fatalidades, algo que é assinatura dos grupos islamistas. Os “grupos islamistas perpetraram os ataques internacionais mais expressivos, mortíferos e devastadores” (Rapoport, 2004, p. 61), estes têm como objetivo primordial causar os maiores danos possíveis, pois quanto maior impacto tiver o seu ataque, melhor passam a sua mensagem, daí visarem “sobretudo infraestruturas civis e centros populacionais” (Vinhas, 2003, p. 34). Como refere Anes (2006), os ataques perpetrados por estes grupos terroristas de inspiração religiosa têm como características a matança indiscriminada de vítimas, onde enquanto mais, melhor, e a não inocência das mesmas, pelo facto de estas serem consideradas infiéis. Por tudo isto, o terrorismo de matriz islamista é, pelas piores razões, atualmente considerado como “uma forma de violência massificada que não tem paralelo na história, tanto mais que a probabilidade de utilização de armas de destruição massiva não depende doravante do cálculo racional ou da lógica política, mas da simples capacidade técnica.” (Torres, 2004, p. 110)

O objetivo destes grupos passa por atacar qualquer pessoa que não tenha as mesmas ideologias religiosas (Hoffman, 2006), onde se incluem muitos muçulmanos, pois como já foi mencionado, o islamismo é uma pequena parte do mundo religioso muçulmano. Como refere Springer, Regens e Edger (2009), qualquer pessoa que não apresente as mesmas crenças e valores deste islamismo radical é considerada infiel e, como tal, um inimigo. Estamos a falar de grupos “portadores de valores estranhos e hostis às sociedades livres e democráticas.” (Vinhas, 2003, p. 34).

Segundo o relatório nº. 37, de 3 de março de 2005, do *Internacional Crisis Group*, o islamismo pode ser dividido em três vertentes distintas. A primeira vertente é a política,

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

onde o objetivo primordial passa por alcançar mudanças a nível político através de ações e movimento destinados a esse fim. Na segunda vertente, o islamismo é visto num prisma missionário, onde o objetivo não é a obtenção do poder político, mas sim a preservação da fé e identidade islâmicas, através de missões islâmicas de conversão. Por fim, temos a vertente que assumirá maior protagonismo ao longo desta dissertação, o jihadismo. Nesta vertente está presente o islamismo violento, onde a luta contra os infiéis, denominada de *jihad*, é um imperativo. De acordo com Duarte (2011, p. 215), “é aqui que entra a luta armada como forma de activismo islâmico”.

A definição de jihadismo é algo controversa, não sendo unânime a sua conceptualização. Para Brachman (2009, p. 4), o jihadismo é um “pensamento extremista islâmico, cujos apoiantes exigem o uso da violência a fim de derrubar a influência não islâmica de terras tradicionalmente muçulmanas, por forma a estabelecer uma verdadeira governação islâmica, de acordo com a Sharia”. Duarte (2015, p. 69), no mesmo sentido, refere que “o jihadismo descolou-se do islamismo. Afastou-se do combate político e radicalizou-se. Advoga uma utopia e visa a aniquilação dos supostos obstáculos ao seu fim. Surge agora como fundamento de ação violenta”.

Pires (2016) vem elucidar que dentro do islamismo radical, a transformação em mártires e sua adoração é algo muito frequente, nomeadamente no âmbito de assassinatos e detenções de líderes de grupos islamistas. “Eliminar ou prender lideranças nunca foi eficaz para erradicar o fundamentalismo islâmico; talvez, até pelo contrário, tenha ajudado a criar mártires e movimentos de expressão alargada” (Pires. 2016, p. 17). São exemplos deste facto “Al-Zarqawi (o grande líder da Al-Qaeda no Iraque, que posteriormente ganhou a designação de Estado Islâmico), Azzam ou Osama bin Laden (da Al-Qaeda) ou Mullah Omar (dos Talibãs)” (Pires, 2016, p. 16).

Este autor vem alertar para este ponto peculiar do fundamentalismo islâmico, que amiúde cria mártires, posteriormente adorados e seguidos. Dá-se aqui um paradoxo aquando da eliminação ou detenção de líderes de grupos jihadistas, pois por um lado dá-se um passo importante na eliminação desta ameaça, mas por outro, a transformação desses líderes em mártires vem reforçar o fundamentalismo islâmico através da aquisição de novos seguidores deste fenómeno, pois “o martírio é a sua motivação e recompensa” (Vinhas, 2003, p.34).

Os ataques suicidas são, também, apanágio destes grupos jihadistas, sendo tal ato o “seu fenómeno mais marcante” (Matos, 2016, p. 170) e, atualmente, o “símbolo do

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

terrorismo” (Merari, 2005, p. 70). Esta forma de ataque é, segundo Merari (2005, p. 70), resultado de um fanatismo religioso que é levado ao limite, pois “mais do que qualquer outra demonstração de terrorismo, estes ataques demonstram a determinação e devoção dos terroristas” que estão dispostos a perder a sua própria vida, “oferecendo-a” em prol da sua causa.

Esta tática terrorista mostra-se de uma eficácia tremenda, razão pela qual “desde 2004, o mundo testemunhou um enorme aumento do terrorismo suicida” (Pape & Feldman, 2010, p. 42) sendo, nos dias de hoje, uma tática frequentemente utilizada. Como ensina Matos (2016, p. 171), “nenhuma outra tática já usada pelo terrorismo se mostrou tão eficaz, quer quanto ao número de vítimas que indiscriminadamente pode causar, quer ainda pelo clima de terror, dado o seu carácter de imprevisibilidade, que instila na sociedade em geral”, acrescentando Pape e Feldman (2010, p. 5) “que esta forma de terrorismo é responsável por mais mortes do que qualquer outro tipo de ataque terrorista”.

O financiamento destes grupos terroristas é outro assunto que se mostra importante discutir, pois quanto mais recursos estes possuírem, maiores são as capacidades para a perpetração de ataques terroristas. Por esta razão, é imperativo limitar os recursos disponíveis para estes grupos, pois tal limitação pode ser crucial na prevenção de um ataque terrorista ou, pelo menos, na redução da dimensão que o mesmo pode alcançar (Biersteker & Eckert, 2008), visto que quanto menos recursos estas estruturas possuírem, menos capacidade têm para executar os seus planos de ataque.

Neste particular, o Estado Islâmico destaca-se dos demais grupos jihadistas, sendo “certamente a organização jihadista mais rica do mundo, estimando-se que em março de 2015 este grupo possuía fundos próprios no valor de dois biliões de dólares” (Bénichou, Khosrokhavar & Migaux, 2015, p. 169). No mesmo sentido, Duarte (2015) refere que este grupo se destaca nomeadamente no que concerne à capacidade bélica, fruto da sua grande capacidade financeira. Esta elevada capacidade provém de várias fontes de rendimento, das quais se destacam as doações de magnatas, que se revêm nas crenças e valores dos grupos jihadistas; a tomada de reféns para posterior pedido de resgate; impostos sobre a população e sobre o contrabando local; o controlo dos campos petrolíferos, onde há um enorme lucro com a venda deste valiosíssimo recurso; roubos nas cidades conquistadas, nomeadamente a bancos; e, por fim, a venda de património arqueológico (Bénichou et al., 2015).

1.2.2 – A globalização do fenómeno jihadista

A globalização é um fenómeno que em muito veio desenvolver inúmeros setores da sociedade, mas que igualmente se constitui como “elemento facilitador na criação de novos, e cada vez mais complexos, fenómenos de criminalidade e violência” (Matos, 2011, p. 10). Consideramos que o terrorismo, indubitavelmente, constitui-se como um dos fenómenos que, graças à globalização vivida nos dias de hoje, mais se desenvolveu, comprometendo, em muito, a paz e a segurança ao nível global. Guedes (2004), partilhando da mesma ideia, considera que a globalização veio diminuir as escalas e reduzir as distâncias, algo que despoletou a eclosão do terrorismo internacional e tornou o mundo mais permeável a esta ameaça.

A temática do terrorismo de matriz islamista, em particular, encontra-se, indiscutivelmente, na ordem do dia, não só pelos inúmeros atentados perpetrados por células jihadistas, nomeadamente em cidades europeias, mas também fruto das constantes ameaças realizadas por esses mesmos grupos a vários países ocidentais, onde Portugal se inclui. “Surgiu uma nova e distinta ameaça – uma ameaça global, pelos meios que utiliza e pelo âmbito e alcance geográfico da sua acção. Os seus agentes não são Estados, nem estão territorialmente definidos ou identificados.” (Vinhas, 2003, p. 34)

No mesmo sentido, Duarte (2015, p. 78) vem afirmar que “o inimigo passou, agora, de local e próximo a global e distante, tendo como representação máxima os EUA e os seus aliados. São exemplo desta forma de islamismo violento a Al-Qaeda e o DAESH”, dois grupos jihadistas responsáveis por inúmeros e devastadores ataques terroristas, muitos deles em países ocidentais, e que pretendem a prossecução de uma jihad global.

Este termo de jihad global “refere-se ao fenómeno da confluência de uma variedade de movimentos, grupos e células agindo ao abrigo de um “guarda-chuva ideológico” de interpretações radicais do Islão” (Pinto, 2004, p. 441), interpretações essas que acreditam numa guerra santa, conhecida pelo termo jihad, onde há o imperativo de lutar contra todos os infiéis espalhados ao longo do globo (Springer et al., 2009).

Segundo Brachman (2009), a principal razão para este movimento do jihadismo global é o facto destes radicais islâmicos acharem que há uma conspiração mundial para destruir o Islão, onde os cristãos e os judeus se apresentam como principais atores de tal conspiração. Como os defensores do jihadismo consideram haver uma ameaça global às

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

suas crenças, os mesmos acreditam que a solução deverá, também, ser global. Como tal, o seu principal objetivo passa por ter um mundo onde apenas a sua visão do Islão vigore, não havendo qualquer outro tipo de ideologia ou forma de vida, ou seja, uma hegemonia total desta visão islamista em todo o globo (Brachman, 2009).

Segundo Matos (2016, p. 175), a al-Qaeda tinha como objetivo final “uma jihad ofensiva, de alcance global, que lograsse expulsar os infiéis das Terras do Islão e permitisse (re) instaurar um Califado Islâmico Global”. Pires (2016, p. 52), no mesmo sentido, mas em relação ao Estado Islâmico, afirma que este tem como objetivo global “estabelecer um califado pan-islâmico e, se possível, de dominação sobre o mundo”, sendo este um objetivo geral que é apanágio das organizações jihadistas.

Bin Laden, antigo líder carismático da al-Qaeda, teve como objetivo prioritário “o ataque ao inimigo longínquo, ou distante (...) através de acções terroristas complexas e de elevado impacto, que maximizassem, também, os seus efeitos multiplicadores” (Matos, 2016, p. 176). Os Estados Unidos da América foram um alvo prioritário para este terrorista, onde a presença de tropas americanas em solo sagrado, nas cidades de Meca e Medina por exemplo, tornou-se um fator preponderante para fomentar a luta contra os americanos (Gerges, 2009), impulsionando, assim, uma jihad cada vez mais global.

Os líderes da al-Qaeda também viram a Europa como uma importante área para promover a jihad e instaurar um califado islâmico global (Schweitzer & Shay, 2003). Estes líderes consideram o espaço europeu um *Dar al-Harb*, que significa território de guerra (Esposito, 2003), que pretendem transformar em *Dar al-Islam*, um território do Islão, onde predominam os muçulmanos e as suas regras (Esposito, 2003).

A importância da conquista da Europa prende-se, segundo Schweitzer e Shay (2003), com a existência de vários grupos muçulmanos espalhados pelos países deste Continente; com estilo de vida liberal facilitador da circulação de pessoas e equipamentos, armamento por exemplo; e com a existência de inúmeros indivíduos deslocados da sociedade onde vivem e que podem ser potenciais alvos a radicalizar e recrutar para lutar a favor desta ideologia radical do Islão.

Matos (2016, p. 189) reforça esta ideia mencionando que “o alcance do terrorismo jihadista na Europa está, pois, poderemos dizê-lo, intimamente relacionado com a diáspora da comunidade islâmica implantada, há muito, no seio de cada um dos países da União Europeia, que se constituem como países de acolhimento”. Segundo Pinto (2004, p. 449), “a cultura da jihad Global é agora a tendência mais visível na Europa, uma vez que as

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

grandes capitais europeias se tornaram sede de movimentos que abertamente promovem teses de confrontação com o Ocidente”.

Ranstorp (2010) considera que os atentados perpetrados em Madrid (2004) e em Londres (2005) vieram esclarecer todas as dúvidas em relação ao facto de o terrorismo não ser mais um fenómeno estrangeiro ou importado, mas sim um fenómeno bem presente nas sociedades ocidentais, alertando para o crescimento deste terrorismo “*homegrown*”, onde os terroristas são oriundos dos próprios países ocidentais. Tomé (2015a), no mesmo sentido, alerta para o crescimento do número de militantes e “combatentes estrangeiros” afetos ao Estado Islâmico, muitos deles provenientes de países ocidentais, onde o seu regresso a casa, enquanto elementos do movimento jihadista global dispostos a perpetrar ataques terroristas nos seus próprios países de origem, é visto como uma séria e incontornável ameaça.

Segundo Vidino (2006), esses indivíduos oriundos do mundo ocidental que são convertidos em soldados jihadistas, através de um processo de recrutamento e radicalização, tornam-se “armas” de grande utilidade e valor, pois os mesmos não apresentam as características tradicionais de um terrorista islamista, oriundos de países como Síria ou Iraque, passando, assim, despercebidos e atraindo menos atenção e suspeitas sobre si. Tal facto vem reforçar a tese de que um jihadista pode ser qualquer um, independentemente do seu aspeto, etnia ou nacionalidade.

Ranstorp (2010) refere, ainda, que o crescimento e desenvolvimento da internet e das novas tecnologias vem tornar mais difícil e complexa a luta contra o terrorismo, principalmente no que concerne ao processo de radicalização, acrescentando Tomé (2015b, p. 145) que o Estado Islâmico “tem mostrado uma habilidade invulgar no uso da internet e dos novos media para efeitos de propaganda, radicalização, recrutamento e terror”. Assistimos, então, à utilização da internet e das novas tecnologias enquanto “armas” impulsionadoras da ideologia jihadista por todo o globo, pois vêm permitir que o seu pensamento extremista alcance mais pessoas e mais lugares.

No que concerne a esta guerra entre os islamistas e o mundo ocidental, autores como Huntington (1996) e Brachman (2009) consideram haver um choque civilizacional entre os mesmos, onde as diferenças entre a forma de viver de cada uma destas diferentes sociedades se mostra como um fator preponderante para este embate de civilizações. Para os jihadistas, uma relação com o mundo ocidental “é uma impossibilidade pelo facto de toda uma civilização se basear em crenças, pontos de vista e ações que visam subverter o

Islão” (Brachman, 2009, p. 21), onde, segundo o mesmo autor, a educação ocidental em nada se revê e coaduna com os princípios do Islão, sendo esta uma forma de “contrariar o crescimento do Islão enquanto modo de vida na Europa e na América do Norte (Brachman, 2009, p. 21).

Na obra *Jihad vs McWorld*, Barber (2001) vem defender que não há uma colisão entre civilizações, mas sim uma colisão dentro de uma mesma civilização, onde é inevitável o choque entre um mundo novo, cada vez mais moderno e globalizado, e um mundo antigo e que era étnica e religiosamente dividido. Ou seja, a globalização vem tornar o mundo menos dividido civilizacionalmente e cada vez mais diversificado a nível cultural, onde amiúde se torna inevitável colisões entre comunidades que apresentem crenças e costumes completamente distintos.

1.2.3 – A ameaça jihadista a Portugal

Como foi analisado no capítulo anterior, o terrorismo jihadista é um fenómeno cada vez mais globalizado e determinado em atacar nas mais díspares regiões do globo. Portugal, por várias razões, não se exclui desta vasta lista de inimigos de grupos terroristas como a al-Qaeda ou o Estado Islâmico, devendo, por conseguinte, estar atento a esta ameaça terrorista (Silva, 2015). Como justifica Tomé (2015a, p. 15), Portugal, enquanto “membro da ONU, da NATO e da EU, fronteira natural da União e do Espaço Schengen, e membro da coligação internacional contra o Estado Islâmico, não ficou nem podia ficar alheado desta ameaça”.

O facto de Portugal e Espanha preencherem o território denominado pelos islamistas de al-Andaluz, faz com que ambos os países sejam sérios inimigos e possíveis alvos de ataques por parte destes grupos. Segundo Reinares (2007), a recuperação, através do uso de violência, do território al-Andaluz, constitui parte dos planos de líderes jihadistas para a formação de um califado pan-islâmico. Exemplo disso são as declarações de Ayman al-Zawahiri, um dos líderes da al-Qaeda, que afirma que “a jihad tem como objetivo a libertação da Palestina e de todos os territórios que, outrora, já pertenceram ao Islão, desde al-Andaluz até ao Iraque”. (Reinares, 2007, p. 2).

Reinares (2010), ao analisar ameaças de grupos jihadistas a Espanha, verificou que Portugal também fazia parte dos planos dessas estruturas, pois muitas ameaças são

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

direcionadas à Península Ibérica em geral. Matos (2016) destaca, precisamente, a premência que as organizações jihadistas têm na recuperação do território al-Andaluz, sendo este, entre outros, um dos objetivos dos líderes jihadistas.

No mesmo sentido, o TE-SAT de 2016, elaborado pela EUROPOL, vem esclarecer que o Estado Islâmico tem ameaçado de forma recorrente a Península Ibérica e os membros da União Europeia pertencentes à coligação militar contra este grupo terrorista, nomeadamente sob a forma de vídeos, alertando para a possibilidade de ataques terroristas em países da União Europeia num futuro próximo. Num desses vídeos, com o intuito de ameaçar a Península Ibérica, surge um jihadista que menciona que "os muçulmanos voltarão a povoar Córdoba, Toledo ou Játiva. Al Andalus não és espanhol ou português, és o Al Andalus muçulmano" (Tecedeiro, 2016).

Em relação a estas ameaças, Neiva da Cruz, diretor do Serviço de Informações de Segurança (SIS), esclarece que a "menção que o Daesh faz a Portugal tem sido, em regra, inserida no contexto da referência genérica de reivindicação do al Andalus pela organização terrorista" (Marcelino, 2016), reconhecendo, no entanto, que a alusão a Portugal já foi feita num vídeo de difusão da mensagem jihadista. Sobre o mesmo assunto, o diretor do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) vem elucidar que "não é novo que uma das ambições estratégicas dos jihadistas é formar um grande califado que inclua o antigo Al Andalus, de que fez parte Portugal" (Marcelino, 2016), tendo o Estado Islâmico, inclusive, publicado uma imagem com os territórios que pretende conquistar até 2020, estando Portugal no leque dessas terras desejadas (Cf. Anexo I, Figura 1).

Ainda no âmbito do relatório EUROPOL de 2016, o mesmo esclarece que no ano de 2015 foram detidos, em Espanha, 75 indivíduos suspeitos de ligações com grupos de matriz islamista (Cf. Anexo II, Figura 2), destacando também o aumento de indivíduos detidos por esta causa de 122, em 2011, para 687, em 2015, em toda a União Europeia (Cf. Anexo III, Figura 3). No que concerne a Portugal, foram detidos 2 indivíduos com ligações terroristas, embora não no âmbito jihadista, mas sim no que concerne ao terrorismo separatista (Cf. Anexo IV, Figura 4).

A proximidade com Espanha faz com que o risco de ameaça jihadista ao nosso país seja maior, pois apesar de Portugal não possuir qualquer tipo de grupo jihadista, pelo menos que se tenha conhecimento, Silva (2015) alerta-nos para os grupos terroristas que possam existir em Espanha. Segundo este autor, o país vizinho é considerado "um dos

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

principais bastiões de terroristas da Al Qaeda na Europa” e, tendo em conta a proximidade com Espanha, o interesse dos jihadistas em reconquistar o território al-Andaluz e a facilidade de circulação entre fronteiras dentro Europa, é imperativo uma especial preocupação com as ameaças provenientes do território espanhol.

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) também faz referência à ameaça jihadista que incide sobre a Europa e, em particular, sobre Portugal, sendo o terrorismo uma das ameaças que merece particular atenção por parte dos Serviços de Informações e das Forças e Serviços de Segurança em Portugal. Analisando os RASI dos últimos cinco anos (2012-2016), verificou-se que em todos eles a ameaça jihadista é um tema abordado e que se constitui como uma preocupação séria e inevitável no âmbito da segurança interna do país.

No RASI de 2012 importa destacar a aprovação da Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro, que procedeu à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que vem regular a utilização de câmaras de vídeo por parte das Forças e Serviços de Segurança em locais públicos de utilização comum de modo a que, através do uso destes meios, seja possível, entre outros objetivos, a “prevenção de atos terroristas” (p. 27). Para além deste ponto, este relatório de 2012 ainda destaca que “não se registou um agravamento significativo da ameaça terrorista islamita na Europa – que assume, todavia, um carácter relevante e persistente – e, em particular, em Portugal” (p. 39).

O RASI de 2013 vem referir que foi alvo de especial atenção “o movimento de cidadãos nacionais para palcos de *jihad*, em particular com destino a regiões onde a Al Qaida (AQ) e afiliadas procuram reforçar a sua posição, com destaque para a Síria”, sendo esta uma preocupação igualmente patente nos anos seguintes (p. 28).

Em 2014, segundo o RASI, os serviços de informações tiveram particular atenção aos fenómenos de autorradicalização e possíveis conexões de cidadãos nacionais a movimentos jihadistas internacionais. Nesse ano, os apelos do Estado Islâmico à jihad individual, nomeadamente através da internet, surgem como uma das principais preocupações e ameaças a Portugal.

No que concerne ao RASI de 2015, é novamente destacado o terrorismo de matriz islamista enquanto preocupação premente para os países do espaço europeu, onde “a reconfiguração do mapa do jihadismo internacional, a par da disseminação de redes de radicalização, de recrutamento e de apoio logístico tornam evidente um novo limiar da ação terrorista” (p. 76). É referido, ainda, que os ataques terroristas perpetrados em França

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

originaram um aumento dos níveis de alerta para com esta ameaça. Nesse ano “o SIRP desenvolveu tarefas no quadro da prevenção, deteção e avaliação da ameaça terrorista (...) tendo cooperado ativamente com outras Forças e Serviços de Segurança e com o Sistema de Segurança Interna” (p. 85). Por fim, no âmbito da partilha de informações em sede da Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), foi possível identificar casos de radicalização e conexões entre cidadãos e organizações jihadistas.

No RASI 2016, incontornavelmente, temos nova alusão ao terrorismo de matriz islamista, que “conheceu um aumento sustentado nos últimos anos, tendo atingido, em 2016, um nível sem precedentes na Europa, o que levou diversos países a elevarem o grau da ameaça relacionado com este fenómeno” (p. 71). Neste particular, o grupo terrorista Estado Islâmico assume-se como a principal ameaça ao plano securitário das sociedades europeias, nomeadamente no que concerne à sua propaganda mediática, que vem apelar a extremistas europeus a perpetração de ataques terroristas.

Ainda na esteira do RASI 2016, destaque, também, para os portugueses que se encontram na região de conflito sírio-iraquiana, cujo regresso pode representar uma clara ameaça à segurança do nosso país. Por fim, é realçada a existência de indícios da ameaça jihadista detetados em Portugal, no entanto, o caso identificado relaciona-se com o apoio a grupos terroristas a operar fora do país e não com o planeamento e execução de um atentado em Portugal. Inevitavelmente, Portugal mostra-se particularmente atento a esta ameaça, onde a cooperação internacional se mostra essencial na prevenção de possíveis investidas jihadistas em solo nacional e europeu.

O movimento de cidadãos nacionais para países como a Síria por forma a ajudar o Estado Islâmico na luta contra infiéis em nome de Alá (chamados de *Mujahidin*), é um problema igualmente destacado por Franco e Moleiro (2015). A possibilidade de estes indivíduos regressarem ao seu país de origem com intenções de perpetrarem um ataque terrorista, devidamente delineado aquando da sua ausência, constitui uma enorme ameaça (Silva, 2015), que carece, impreterivelmente, de especial atenção por parte das Forças e Serviços de Segurança do nosso país.

Silva (2015, p. 312) alerta também para o *homegrown terrorism*, que o mesmo define como sendo um “tipo de terrorismo doméstico em que a ameaça terrorista é originada internamente, isto é, dos próprios cidadãos de um país e não daquela que poderia advir de um país estrangeiro”, sublinhando que o *homegrown terrorism* é a principal ameaça à segurança em Portugal.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Sejam atentados executados por indivíduos de regresso de palcos de *jihad* ou por cidadãos que estejam dentro do país, mas que foram igualmente radicalizados e recrutados, a possibilidade da perpetração de ataques terroristas em solo nacional por parte de cidadãos portugueses torna-se, assim, uma realidade atual e que carece, impreterivelmente, de uma atuação reforçada na detenção desses indivíduos.

Não obstante as ameaças terroristas que incidem sobre Portugal e o facto de o Ministério Público ter oficialmente reconhecido ter processos relacionados com atividades do Estado Islâmico em Portugal, importa reforçar a ideia de que um ataque terrorista em solo nacional não estará no topo das prioridades de organizações terroristas como a al-Qaeda ou o Estado Islâmico (Franco & Moleiro, 2015; Silva, 2015). Naturalmente, este facto prende-se com a impulsão mediática que outros países dão ao ataque terrorista, pois comparativamente a Lisboa, “uma morte em Paris ou em Londres tem uma projeção mediática incomparavelmente superior” (Franco & Moleiro, 2015, p. 157).

No entanto, não levar esta ameaça com a devida seriedade é um erro que não poderá nem deverá acontecer, pois apesar de Portugal não estar num mesmo patamar do que França, por exemplo, no que ao nível de ameaça terrorista diz respeito, esta ameaça é uma realidade atual que, segundo Silva (2015), e como temos vindo a defender, jamais deve ser desprezada ou considerada diminuta. No mesmo sentido, Franco e Moleiro (2015, p. 157) afirmam que “não vale a pena fingir que não existe um problema grave a alastrar-se bem perto de nós”, pois a “natureza evolutiva, inconstante e imponderável do terrorismo obriga a que estejamos em permanente avaliação, adaptação, revisão e atualização”.

Em jeito de conclusão, segundo um antigo diretor do SIS, José António Teles Pereira, Portugal encontra-se numa zona ‘cinzenta’ no que à ameaça jihadista diz respeito, ou seja, “não está tão ‘próximo’ do problema que a ocorrência de atentados se situe a nível da grande probabilidade, mas que também não está tão ‘longe’ em termos de essa possibilidade ser considerada negligenciável” (Pereira cit. in Vegar, 2007, p.180). Como nos alerta Guedes (2004, p. 170), “as probabilidades de essa ameaça às cidades, às sociedades e aos cidadãos ocidentais se concretizar, não nos podem deixar parados”, devendo Portugal tomar as medidas necessárias para combater esta ameaça e salvaguardar a segurança dos seus cidadãos.

Capítulo II – Contraterrorismo

2.1- Contraterrorismo e Antiterrorismo – A premência de uma resposta ao terrorismo

Após o estudo e análise do fenómeno terrorista, em especial do terrorismo de matriz islamista, da sua presença e alcance global, e a particular ameaça a Portugal, importa agora entrar no campo do contraterrorismo, onde se pretende explorar a sua importância e premência para fazer face a este fenómeno.

A conceptualização e diferenciação de contraterrorismo e antiterrorismo, dois conceitos aparentemente idênticos, mas distintos, é essencial para que melhor se consiga entender esta área fulcral na segurança de qualquer país, em especial para aqueles sobre os quais impende a ameaça do terrorismo. Segundo Matos (cit. Baud, 2016), o contraterrorismo corresponde à ação preventiva do fenómeno terrorista, compreendendo, assim, o conjunto de medidas que visam combater o terrorismo a montante da ação terrorista. São exemplos de ações contraterroristas, a infiltração de redes ou células terroristas, um dos pontos centrais da presente dissertação, e a pesquisa de informações através de fontes humanas. De forma contrária, o antiterrorismo é definido por Matos (cit. Baud, 2016) como sendo a atividade que abrange as medidas que visam combater o terrorismo a jusante da ação terrorista, compreendendo, assim, as ações de preempção e/ou reação que são praticadas, normalmente, após uma falha ou insucesso da ação contraterrorista.

Herbst (2003), por sua vez, vem apresentar uma ideia diferente acerca destes dois conceitos, fazendo jus ao impasse conceptual existente entre os mesmos. Para este autor, o contraterrorismo corresponde às medidas ofensivas adotadas pelo governo para fazer face ao terrorismo, tais como a eliminação de terroristas, a resposta/retaliação contra atos terroristas e as punições impostas aos líderes de organizações/grupos terroristas. Inversamente, o antiterrorismo corresponde a medidas de prevenção e/ou medidas que visem anular ou contrariar o crescimento do fenómeno terrorista, fazendo assim uma distinção entre medidas ofensivas e defensivas no combate ao terrorismo, encaixando estas no âmbito do contraterrorismo e antiterrorismo, respetivamente.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Esta posição está, igualmente, patente na doutrina militar norte-americana (Joint Chiefs of Staff, 2010), havendo, também, a distinção entre os conceitos contraterrorismo e antiterrorismo, consoante o pendor das medidas adotadas ser, respetivamente, ofensivo ou defensivo. Contraterrorismo é, então, definido como sendo o conjunto de ações desenvolvidas que visam afetar e/ou atacar diretamente organizações/grupos terroristas e que, indiretamente, pretendem dificultar a proliferação do fenómeno terrorista. Noutra vertente, antiterrorismo é definido como sendo o conjunto de medidas defensivas que visam reduzir as vulnerabilidades de possíveis alvos, seja a população ou infraestruturas, de ataques terroristas.

Esta divergência conceptual entre contraterrorismo e antiterrorismo é, segundo Matos (2012a, p. 128), “suprida, hoje, pelo uso generalizado do termo “contraterrorismo” que encerra, independentemente da sua procedência operacional ou linguística, ambos os vectores – de prevenção e resposta – em qualquer das suas fases”, ficando, assim, este impasse conceptual resolvido pela utilização de um único conceito que englobe de forma holística, defensiva e ofensivamente, o combate ao terrorismo. Nesse sentido, Matos (2012a, pp. 133-134) defende que uma estratégia contraterrorista “deve procurar o equilíbrio entre os meios destinados, por um lado, a anular a capacidade operacional de uma organização para a actividade terrorista, por outro, reduzir, ao mínimo, os níveis de motivação para a sua consecução”.

Esta é uma tese com a qual concordamos, pelo que, ao longo deste trabalho, optaremos por abordar apenas o conceito de contraterrorismo, que consideramos representar ambas as vertentes, ofensiva e defensiva, das medidas adotadas para se fazer face à ameaça terrorista.

Antes da criação de uma política de combate ao terrorismo, é necessário definir, em primeira instância, qual é o objetivo que se pretende alcançar e qual o papel das forças e serviços de segurança na prossecução desse objetivo (Ganor, 2005). Para tal, mostra-se imperativo um estudo aprofundado desta temática do contraterrorismo, por forma a melhor compreendermos esta área da segurança, e de que forma se pode anular as várias ameaças que se insurgem contra as sociedades (Veness, 2009). Neste particular, Ganor (2005) apresenta uma visão holística daquela que considera ser uma eficaz política contraterrorista, realçando que a mesma deve procurar responder a três objetivos fundamentais: eliminar o terrorismo; minimizar os danos causados pelo terrorismo; e prevenir a intensificação da ação terrorista (Cf. Anexo V, Figura 5).

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Como é possível observar na figura 5, Ganor (2005) subdivide cada um dos objetivos principais em outros objetivos de carácter secundário. No que concerne ao primeiro objetivo (eliminar o terrorismo), este pode ser alcançado através de três formas: da destruição completa da organização terrorista em causa; da eliminação ou redução dos motivos que levam determinado grupo terrorista a querer perpetrar ataques com violência; e, por fim, visto que as razões que originam o terrorismo são questões de índole política, a solução passaria por tentar chegar a um acordo nesse âmbito ficando, assim, ambas as partes satisfeitas e evitando-se o uso de violência. No que ao terrorismo de matriz islamista diz respeito, este último ponto não se mostra muito profícuo na luta contra este tipo de terrorismo, visto que os objetivos destes grupos, como já analisámos, vão contra os valores presentes nos Estados ocidentais e, como tal, dificilmente pode haver algum tipo de negociação.

Relativamente ao segundo objetivo (minimizar os danos causados pelo terrorismo), Ganor (2005) apresenta três formas para o conseguir: a aplicação de medidas que consigam reduzir o número de ataques terroristas ou o número de fatalidades e/ou feridos aquando desses ataques; a adoção de políticas que visem combater tipos específicos de ofensivas terroristas, como é o caso de ataques suicidas bombistas ou ataques sobre grandes aglomerados de pessoas, pelo facto de os mesmos, por norma, resultarem num elevado número de fatalidades e incutirem no cidadão um enorme sentimento de insegurança e medo; por fim, a adoção de medidas que se mostrem úteis na redução dos danos materiais consequentes de um ataque perpetrado por um grupo terrorista, caso este não consiga ser evitado.

Em relação ao último objetivo proposto por Ganor (2005) (prevenir a intensificação da ação terrorista), este autor subdivide o mesmo em duas partes distintas: primeiro, deve-se assegurar que o fenómeno terrorista não se estende/propaga, conseguindo-se isso através de políticas que visem combater as campanhas de radicalização e de recrutamento levadas a cabo pelas organizações terroristas com vista a aumentar o número de elementos nas suas fileiras; de medidas que evitem que determinada organização terrorista alcance vitórias de cariz político no quadro internacional; de medidas que impeçam todos os apoios dados às organizações terroristas, principalmente os provenientes de outros países; e através da diminuição/anulação dos objetivos políticos delineados pelas organizações terroristas. A segunda parte deste terceiro objetivo preconizado por Ganor (2005) consiste em prevenir o agravamento e escalamento dos ataques terroristas perpetrados. Para tal, devem ser

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

adotadas medidas que consigam prevenir a concretização de certos tipos de ataques, principalmente os que mais baixas originam, e reduzir, de uma forma geral, o número de ataques levados a cabo pelos grupos terroristas, assim como o número de vítimas dessas ofensivas.

Na mesma linha de Ganor, Veness (2009) defende que uma estratégia contraterrorista para ser eficaz deverá, em primeira instância, procurar reduzir o máximo possível a capacidade dos grupos terroristas e as oportunidades para os mesmos poderem executar os seus atos de violência extrema. Para este autor, que afirma ser necessário uma análise realista da luta contra o terrorismo, o objetivo central não passa pela eliminação total destes grupos extremistas, mas sim restringir o poderio, meios humanos e materiais, que determinada organização terrorista, impreterivelmente, necessita para a perpetração de ataques terroristas, em especial aqueles que provocam um elevado número de vítimas e enormes danos em infraestruturas, algo que, inevitavelmente, causa um tremendo sentimento de pânico e insegurança junto dos cidadãos.

Uma das questões centrais que se coloca no âmbito do contraterrorismo é saber se as políticas implementadas estão a revelar-se profícuas na luta contra o terrorismo ou se, por outro lado, as organizações terroristas encontram-se em vantagem relativamente às medidas contraterroristas executadas para as combater. Schmid e Singh (2009), debruçando-se precisamente sobre este assunto, referem que medir o sucesso ou o insucesso na luta contra o terrorismo é uma questão difícil de ser respondida, pois esta luta é um fenómeno complexo e variável, não havendo uma forma fixa para avaliar o sucesso das políticas contraterroristas.

Sobre esta questão, Donald Rumsfeld – Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América, no período de 2001 a 2006, sob a presidência de George W. Bush –, admite não haver forma de saber se se está a ganhar ou a perder na luta contra o terrorismo, questionando: “Estamos a capturar, eliminar e a dissuadir mais terroristas diariamente do que estes radicais religiosos estão a recrutar, treinar e organizar-se contra nós?” (Rumsfeld, cit. in Schmid e Singh, 2009, p. 34). Esta questão levantada por Rumsfeld em 2003, segundo Schmid e Singh (2009), não teve resposta até 2009 e dificilmente será respondida nos próximos anos, dada a complexidade do fenómeno com que se lida.

A ideia aqui patente é a de que a luta contra o terrorismo não é um fenómeno mensurável no que ao sucesso da mesma diz respeito, pois apesar de as políticas adotadas parecerem profícuas e dos resultados alcançados serem aparentemente positivos, não é

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

possível afirmar, de forma indubitável, que o combate ao terrorismo está a ser ganho ou está ganho, sendo imperativo uma constante avaliação do fenómeno terrorista e dos perigos que daí possam advir.

Atualmente, e como resulta da análise já efetuada, a ameaça do terrorismo jihadista está cada vez mais presente por todo o globo, exigindo por parte de vários países, de onde Portugal não se exclui, uma atuação eficaz, concertada e articulada no âmbito do contraterrorismo. No que concerne a esta forma de terrorismo, Schmid e Singh (2009) vêm afirmar que o mesmo torna-se mais difícil e complexo de combater pelo facto de tratar-se de uma guerra ideológica. Tal combate, segundo os autores, só poderia ser ganho se a ideologia sob a qual estes grupos extremistas se fundam, e que tem vindo a ganhar força, radicalizando e recrutando pessoas por todo o globo, pudesse ser, de alguma forma, desacreditada e/ou desvalorizada. Tal facto, indiscutivelmente, enfraqueceria estas organizações terroristas, no entanto, mostra-se de extrema dificuldade deitar por terra uma ideologia que está espalhada pelo mundo e que tem tantos apoiantes nas suas fileiras.

Relativamente ao terrorismo de matriz islamista, Matos (2016, p. 163) refere que esta é uma ameaça que está “constituindo-se, em crescendo, como um problema incontornável no âmbito da segurança e defesa dos Estados que requer, necessariamente, uma abordagem plurifacetada – ao nível da prevenção e resposta – e multidimensional, no âmbito de uma substancial e eficaz cooperação internacional”. No âmbito da cooperação internacional, o mesmo autor conclui que o 11 de Setembro de 2001 veio, em muito, consciencializar a Europa e os seus Estados-membros das intenções e das capacidades desta ameaça, sendo indubitável o elevado nível de ameaça deste tipo de terrorismo para todos estes Estados. Tal alerta veio originar “reformas e ajustamentos no âmbito da cooperação entre Estados-membro da União, em especial no que concerne à actividade dos serviços de informações, da cooperação judiciária e ao nível das estruturas policiais” (Matos, 2016, p. 189).

Reinares (cit. in Matos, 2016, p. 252), indo ao encontro da ideia supra, vem explicar que a luta contra o terrorismo deve ser levada a cabo pelas forças e serviços de segurança, explicando que para se fazer face a este fenómeno é “óbvio, e legítimo, que os governos democráticos recorram ao controlo da violência ilegal através dos instrumentos próprios da violência legal cujo monopólio detêm”, sendo tais instrumentos as forças e serviços de segurança que cada país dispõe para combater este fenómeno. Ou seja, para se fazer face à ameaça terrorista, mostra-se preponderante a utilização das forças e serviços de

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

segurança e, se necessário, devem ser feitos ajustes na atividade desempenhada por estas, por forma a que as forças policiais e os serviços de informações de cada país consigam enfrentar ameaças tão complexas e poderosas como é a do islamismo violento.

No que concerne a Portugal, António Nunes, presidente do OSCOT, considera que o alerta da Europol para alguns países do espaço europeu, deve ser entendido como um sério aviso para que esses países, como Portugal, “mantenham um nível elevado de organização policial e de *Intelligence*, de modo a terem uma rede que permita alertas precoces sobre potenciais atentados e se consiga ou evitá-los ou, na pior das hipóteses, minimizar as consequências” (Nunes cit. in Marcelino, 2016). Isto implica, por exemplo, “tomar medidas concretas como o reforço da vigilância nos aeroportos, a monitorização das comunidades muçulmana ou um maior controlo dos imigrantes que entram ilegalmente em Portugal” (Nunes cit. in Marcelino, 2016).

Fernandes (2004, pp. 434-435), indo ao encontro da ideia supra, alerta para as vulnerabilidades existentes em Portugal, referindo que as mesmas devem impulsionar “a administração a desenvolver e a inovar nas formas de actuação e nas competências atribuídas às forças e serviços de segurança, tendo como objetivo uma resposta actual, eficaz e eficiente aos novos desafios”. Este autor acrescenta que, tendo em conta a complexidade do fenómeno terrorista, a imprevisibilidade que lhe é inerente e os meios que as organizações terroristas dispõem para explorar as vulnerabilidades dos seus alvos, “o Estado tem de adaptar os mecanismos existentes e criar novos instrumentos face às ameaças emergentes e aos riscos que impendem sobre a sociedade contemporânea, reforçando o seu “sistema de prevenção e combate ao terrorismo”” (Fernandes, 2004, p. 436).

2.2- Consequências inerentes do combate ao terrorismo

Uma qualquer política contraterrorista deve sempre mostrar-se preparada para uma resposta por parte das organizações ou grupos terroristas que visa combater, fenómeno este que Ganor (2005) chama de “efeito boomerang”. Este autor alerta para este fenómeno, pois o mesmo considera que certas medidas contraterroristas podem despoletar nas organizações terroristas afetadas contrarrespostas com maior frequência e com uma maior capacidade destrutiva e letal. Sobre este assunto, Matos (2012b, p. 6) afirma haver uma

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

“aparente relação causal, e interdependente, entre a intensificação da acção contraterrorista de um Estado e o aumento – em contra-resposta – do número de ataques perpetrados por uma organização terrorista”.

No entanto, Ganor (2005) afirma que a motivação terrorista não é propriamente variável consoante as medidas contraterroristas adotadas, pois esta, por norma, é sempre muito elevada. A perpetração ou não de um ataque terrorista, depende, então, fundamentalmente da capacidade operacional que determinado grupo ou organização terrorista possui, defendendo Ganor que as ações contra o terrorismo devem visar afetar/destruir a capacidade operacional da organização terrorista, pois mesmo que tais medidas venham aumentar, ainda mais, a motivação dessa organização, esta não terá capacidade para contra-atacar.

Desta forma, é alcançado um dos objetivos primordiais de uma qualquer política contraterrorista, o de anular e impedir a materialização de um qualquer ataque terrorista. Sobre este assunto, Ganor (2005) realça ainda que o planeamento e a execução de um plano contraterrorista que consiga, efetivamente, ser eficaz na luta contra determinada organização terrorista é uma tarefa difícil e de elevada complexidade e que, no caso do contraterrorismo ofensivo, é preciso saber quando aplicar essas medidas ofensivas sobre determinada organização terrorista, de modo a evitar o “efeito boomerang”.

Para além do “efeito boomerang”, Ganor (2015) destaca ainda que, aquando das operações contraterroristas, se deve manter o princípio da proporcionalidade. Ou seja, mostra-se essencial para as sociedades democráticas que as operações levadas a cabo para combater as estruturas terroristas sejam proporcionais à ameaça em causa, evitando-se, na medida do possível, lesar cidadãos inocentes ou estruturas civis, sob pena de irmos contra os nossos próprios princípios e valores democráticos.

Crenshaw (2010), na obra *The Consequences of Counterterrorism*, alerta para o impacto negativo que as políticas contraterroristas podem surtir na sociedade. Para esta autora, o objetivo do combate ao terrorismo não é, obviamente, atingir os valores de uma sociedade democrática, mas amiúde, para combater este fenómeno, algumas medidas no âmbito do contraterrorismo acabam por colocar em causa alguns dos princípios inerentes à democracia. Um dos problemas que Crenshaw (2010) levanta é a possibilidade de as medidas contraterroristas adotadas pelo governo serem mais prejudiciais para a democracia do que os próprios ataques terroristas, levando a que na dicotomia liberdade e segurança, os valores da liberdade do cidadão saiam diminuídos em prol da segurança dos mesmos.

Finn (2010) vai também ao encontro desta ideia, referindo que as medidas adotadas pelos governos no âmbito do contraterrorismo têm chocado contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, referindo, a título de exemplo, que algumas medidas contraterroristas têm posto em causa valores como a liberdade de expressão; a liberdade de criação de associações; a liberdade pessoal, nomeadamente no que respeita à detenção e privação de liberdade de indivíduos suspeitos de estarem de alguma forma relacionados com um grupo ou um ataque terrorista; a privacidade, por exemplo através de escutas telefónicas ou da obtenção, por meio informático, de dados e registos pessoais; e, por fim, o asilo e a imigração de pessoas.

No que concerne a esta questão de liberdade *versus* segurança, Clemente (2006) defende um equilíbrio entre estes dois valores fundamentais do cidadão, realçando que a ordem e a segurança, apesar de serem direitos fundamentais inerentes à condição humana, não podem ser tidos como valores absolutos, pois os direitos, liberdades e garantias que são apanágio de um Estado de direito democrático jamais deverão sair lesados. Complementam Canotilho e Moreira (2007) afirmando que a segurança não pode ser encarada como um valor absoluto, mas sim como uma garantia real de gozo e de exercício pleno dos demais direitos e liberdades fundamentais.

Assim sendo, as medidas adotadas por um governo democrático, no âmbito do contraterrorismo, deverão sempre procurar, para além da eficácia e eficiência exigida no combate ao terrorismo, respeitar ao máximo aqueles que são os direitos e liberdades fundamentais que são apanágio e devem ser sempre defendidos em qualquer Estado de direito democrático. Como nos ensina Valente (2014, p. 110), a segurança “não pode ser analisada, materializada e sentida segundo uma perspectiva limitativa dos demais direitos fundamentais”, mas sim em consonância com os mesmos.

2.3- A Intelligence no Contraterrorismo

O pós 11 de Setembro de 2001, por razões óbvias, veio revolucionar as políticas contraterroristas um pouco por todo o globo, ficando os responsáveis por combater o terrorismo com noções mais amplas acerca do tipo de ameaça que pode advir destes grupos extremistas (Veness, 2009). No entanto, como alerta Veness (2009), não basta ter um espectro de imaginação mais vasto no que às formas de ameaça e de ataques provenientes

das organizações terroristas diz respeito, é preciso informação credível e relevante que possa servir de auxílio no combate ao terrorismo, informação esta que permita aos serviços responsáveis pelo contraterrorismo estarem um passo à frente das organizações terroristas, defendendo-se de possíveis ataques e atacando nos seus pontos fracos. A este tipo de informação dá-se o nome de *Intelligence*.

A *Intelligence* sempre se mostrou ativa no combate a ameaças transnacionais, no entanto, com o crescendo da ameaça terrorista de matriz islamista, que como já vimos é uma ameaça transnacional que impende sobre vários países, é despoletado nos governos e nos cidadãos desses países uma preocupação séria e premente e um elevado sentimento de insegurança, respetivamente, tornando-se, assim, o combate a este tipo de ameaça uma prioridade para os serviços de *Intelligence* (Treverton, 2009).

A *Intelligence* assume-se como uma área fundamental para fazer face às ameaças hodiernas, como é o caso do terrorismo. Como defende Zegart (2007, p. 197), “é a *Intelligence*, e não as forças militares, que proporciona a primeira e última linha de defesa” contra estas ameaças que vêm exigir aos serviços de *Intelligence* um constante acompanhamento das suas intenções e ações que contundentemente visam lesar as sociedades livres e democráticas.

2.3.1 – Conceptualização de *intelligence*

Para melhor se entender este fenómeno, importa elaborar uma correta e holística conceptualização do mesmo, pois como questiona Warner (2002, p. 15) “sem uma ideia clara do que é *Intelligence*, como é que pode ser desenvolvida uma teoria sobre o funcionamento da mesma?”. A definição do conceito de *Intelligence*, à semelhança de outros conceitos que se tem vindo a estudar nesta dissertação, como terrorismo e contraterrorismo, não reúne consenso entre os vários autores que exploram a temática (Warner, 2002).

Warner (2002) alerta para as diferenças entre informação e *Intelligence*, dois conceitos vulgarmente confundidos, mas que são claramente distintos. Segundo este autor (2002, p. 17) a equação “*Intelligence*=informação” é demasiado incompleta para servir como orientação para os profissionais de *Intelligence*, pois apesar de a informação ser importante e da *Intelligence* envolver informação, estes conceitos não devem ser

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

confundidos, já que a *Intelligence* é um conceito muito mais amplo, abrangente e complexo, sendo, indiscutivelmente, muito mais do que informação.

Ainda na esteira deste autor, o mesmo, após a análise de várias definições de *Intelligence* em fontes oficiais e acadêmicas, tenta também definir este conceito. Para Warner (2002), a *Intelligence* deve compreender alguns fatores essenciais, tais como: basear-se em fontes e métodos confidenciais, de modo a garantir uma maior eficácia; deve ser produzida por organizações que trabalhem para o Estado e com fins ou objetivos estabelecidos pelo mesmo, o que implica que qualquer orientação dada no âmbito da produção de *Intelligence* seja feita por líderes do Estado; a produção de *Intelligence* deve basear-se e concentrar-se em entidades estrangeiras, sejam outros Estados, organizações ou grupos; baseia-se na produção e disseminação de informação; e, por fim, procura influenciar entidades estrangeiras (Estados, organizações ou grupos).

De uma forma simples e resumida, após esta análise mais detalhada, Warner (2002, p. 21) define *Intelligence* como sendo “uma atividade levada a cabo pelo Estado de forma secreta, que visa compreender ou influenciar entidades estrangeiras”. Esta definição vai ao encontro de outras conceptualizações que também se guiam pela simplicidade, como a de Johnson (2010, p. 5), que refere que “o principal propósito da *Intelligence* é o de fornecer informações aos decisores de forma a auxiliá-los nas decisões que tomam” ou a de McDowell (2009, p. 11) que separa este conceito em duas vertentes: enquanto processo e atividade e enquanto produto final desse mesmo processo, referindo, no entanto, que *Intelligence* pode ser definida apenas como sendo “informação processada”.

Shulsky e Schmitt (2002) debruçam-se, igualmente, sobre a conceptualização de *Intelligence*, referindo que para abordar este conceito de forma holística, o mesmo deve ser analisado segundo três perspetivas: de um ponto de vista da informação, das atividades e das organizações. No que concerne à informação, estes autores definem *Intelligence* como sendo “informação de relevo que auxilia o governo a formular e implementar políticas que favoreçam os seus interesses nacionais em matérias de segurança, e que permitam uma melhor abordagem para com as ameaças atuais e/ou potenciais adversários” (Shulsky & Schmitt, 2002, p. 1). Ou seja, trata-se de informação que permite a um governo um maior conhecimento sobre as ameaças ou potenciais ameaças que impendem sobre este, de forma a colocá-lo numa posição de vantagem para melhor fazer face a essas ameaças.

Do ponto de vista da *Intelligence* enquanto atividade, Shulsky e Schmitt (2002) consideram a mesma como sendo a recolha e a análise de toda a informação de

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Intelligence, assim como o conjunto de atividades levadas a cabo para combater as ações de *Intelligence* dos adversários, seja dificultando ou negando por completo o acesso a informações relevantes ou iludindo-os acerca do verdadeiro conteúdo de determinado facto ou sobre a sua importância.

Shulsky e Schmitt (2002) dão como exemplo de recolha de informação de *Intelligence* métodos como a espionagem, através de ações levadas a cabo por agentes encobertos ou infiltrados, fotografias aéreas tiradas a partir de drones, a interceção de comunicações e a pesquisa em documentos públicos, onde as redes sociais, internet, rádio e televisão assumem-se como os mais relevantes. Já no que concerne à análise da informação, os citados autores referem haver uma panóplia de técnicas para o fazer, destacando a descriptação de mensagens protegidas, técnica amiúde utilizada no âmbito da *Intelligence*. Relativamente às técnicas para combater as atividades de *Intelligence* dos adversários, estes autores destacam a investigação sobre possíveis agentes encobertos ou infiltrados dentro da organização que trabalhem para organizações inimigas e a utilização de técnicas para encriptação das comunicações relativas a matérias confidenciais. Por fim, no que concerne às técnicas para iludir o adversário acerca das informações que este obtém, a utilização de agentes duplos e a transmissão de mensagens falsas mostram-se como as técnicas usualmente mais utilizadas.

Por fim, Shulky e Schmitt (2002, p. 2) consideram que “o conceito de *Intelligence* refere-se de igual forma às organizações que levam a cabo qualquer atividade no âmbito da *Intelligence*”, destacando que “uma das características de maior relevo das organizações responsáveis pela produção de *Intelligence* é o secretismo com que as suas atividades são levadas a cabo”. Como exemplo desse secretismo, os citados autores mencionam as restritas regras de acesso às informações obtidas, levando a cabo aquele que é o princípio da necessidade de conhecer, ou a utilização de agentes encobertos ou infiltrados em determinada organização inimiga como forma de obter informação privilegiada sobre esse adversário.

Warner (2002), aquando da sua conceptualização de *Intelligence*, vem igualmente abordar e enfatizar a questão do secretismo. Este autor alerta para o facto de a *Intelligence* ser matéria confidencial, pois esta faz parte do confronto constante e perene entre países ou organizações e pode-se revelar um fator decisivo nessa luta, nomeadamente ao colocar um país ou organização numa posição de vantagem perante outro/a. Warner (2002), sobre este assunto, conclui que a *Intelligence* envolve informação e secretismo, mas que para os

profissionais de *Intelligence*, o secretismo mostra-se o fator mais importante a nível da produção de *Intelligence*.

2.3.2 – Ciclo de produção de *Intelligence*

Goldman (2006, p. 79) que, entre outras conceptualizações, define *Intelligence* como sendo a “função, atividades ou organizações que estão envolvidas no processo de planejar, recolher e analisar informação de valor potencial para os decisores e para a produção de *Intelligence*”, vem salientar que a mesma é produto de um processo cíclico, usualmente designado por ciclo de produção de *Intelligence*.

Este ciclo, segundo Goldman (2006, p. 80), é “o processo onde a informação é adquirida e convertida em *Intelligence* e disponibilizada para os decisores”, e pode ser dividido em cinco fases: planeamento e direção; recolha/pesquisa; processamento; análise e produção; e disseminação (Goldman, 2006; Johnson, 2010; Fernandes, 2014) (Cf. Anexo VI, fig.6). A estas fases podem, ainda, ser acrescentadas mais duas: a fase de utilização/exploração da *Intelligence* e a do feedback (Lowenthal, 2008).

Relativamente a este ciclo, Johnson (2010, p. 12) vem afirmar que “apesar de vir simplificar um processo que é complexo, o ciclo de *Intelligence* permite uma boa compreensão de como as agências secretas recolhem, interpretam e difundem informação”. Ou seja, o grande objetivo do ciclo de produção de *Intelligence* é simplificar um processo que não é, de todo, simples, de modo a permitir um melhor entendimento de como todo este processo de produção de *Intelligence* se desenrola.

No que concerne ao planeamento e direção, este consiste em definir quais as necessidades de *Intelligence* (Goldman, 2006), onde se trata de “identificar os problemas ou assuntos que os consumidores consideram que devem ser objecto das actividades da inteligência” (Fernandes, 2014, pp. 106-107), que, segundo o autor, e tendo em conta que os recursos disponíveis são finitos, devem estes ser hierarquizados consoante a sua importância e premência.

A recolha/pesquisa, segundo Lowenthal (2008), depende daquelas que são as necessidades apontadas na fase anterior e constitui-se como uma das fases mais importantes do ciclo da *Intelligence*. Esta fase consiste num “processo dinâmico e contínuo de exploração sistemática das origens de dados e informações (fontes de informação) pelos

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

órgãos de pesquisa com o objectivo de obter resposta aos Elementos Essenciais de Informação (EEI) e aos Outros Elementos de Informação (OEI)” (Fernandes, 2014, p. 110), que são definidos na fase anterior.

A fase do processamento é caracterizada pela conversão de toda a informação recolhida na fase precedente numa forma mais apropriada para a produção de *Intelligence* (Goldman, 2006). Esta mostra-se uma fase essencial, principalmente no que respeita a informação recolhida através de meios técnicos (Lowenthal, 2008), onde se mostra imperativo a mesma ser processada por forma a, posteriormente, ser utilizada pelos consumidores.

Na fase da análise e produção dá-se “a conversão da informação em *Intelligence*, enquanto produto final, através da integração, análise, avaliação e interpretação dos dados disponíveis” (Goldman, 2006, p. 81). Sobre este ponto, Lowenthal (2008) esclarece a diferença entre a *Intelligence* atual, cujo foco está em assuntos prementes que exigem atenção imediata dos decisores, e a *Intelligence* a longo prazo, relativa a assuntos que não se constituem como prioritários, mas cuja importância não pode ser descurada, realçando que deve haver um equilíbrio na produção destes dois tipos de *Intelligence*.

Por último, dá-se a fase da difusão, que consiste em “entregar o produto final aos consumidores que o solicitaram” (ITACG, 2009). Esse produto é revisto pelos analistas e comparado com outras informações já disponíveis, de modo a verificar a existência de uma possível relação entre estas, obtendo-se, assim, o produto final da *Intelligence* (ITACG, 2009). Aquando da distribuição desse produto, Fernandes (2014, p. 123) realça que a mesma deve ser feita “com oportunidade e em segurança, e no respeito pelos princípios do direito de conhecer e da necessidade de conhecer”, de modo a garantir que o conteúdo do produto é utilizado apenas pelos consumidores que o devem fazer.

Este ciclo, no entanto, é alvo de algumas críticas, pois o mesmo é considerado “um processo que apresenta algumas probabilidades de erro” (Johnson, 2010, p. 6). No mesmo sentido temos Hulnick (2006), que classifica este modelo de imperfeito, e Lowenthal (2008), que alerta que o ciclo de produção de *Intelligence* não representa todas as componentes inerentes à produção de *Intelligence*, pois este é um processo que não é unidimensional e que pode até não ficar completo com apenas um ciclo.

Fernandes (2014, p. 124), no mesmo sentido, vem afirmar que a principal crítica que é feita a este modelo tradicional de produção de *Intelligence* é a de que se traduz numa “representação demasiado simples e unidimensional de um processo complexo que omite e

não representa de forma adequada todas as especificidades de tal processo”. Ou seja, trata-se de um processo cuja complexidade jamais se pode traduzir num simples ciclo de cinco fases. Esse ciclo serve, apenas, de base para se perceber como é que a *Intelligence* é produzida, não representando na íntegra todo este processo.

2.3.3 – A importância da HUMINT enquanto fonte de *Intelligence*

Abordando agora, mais concretamente, a componente da pesquisa de informação, são várias as fontes utilizadas na obtenção e recolha da mesma, como “a espionagem, as imagens obtidas através de satélites, a intercepção de comunicações e a informação disponível no domínio público” (Wirtz, 2010, p. 59).

A *Interagency Threat Assessment and Coordination Group* (ITACG, 2009) vem diferenciar seis tipos de fontes de *Intelligence*: *Signals Intelligence* (SIGINT), que se baseia na intercepção e exploração de sinais eletrónicos; a *Imagery Intelligence* (IMINT), que consiste na exploração e interpretação de imagens; a *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT), que se baseia na análise científica e técnica de informações obtidas através de sensores específicos; a *Open-Source Intelligence* (OSINT), que resulta das informações que estão disponíveis para o público em geral; a *Geospatial Intelligence* (GEOINT), que consiste na análise de imagens no âmbito geo-espacial; e, por fim, a *Human-Source Intelligence* (HUMINT), que é a *Intelligence* produzida através de fontes humanas.

No âmbito da presente dissertação, esta última fonte de *Intelligence*, a HUMINT, vai assumir uma maior relevância e será alvo de uma análise mais holística e aprofundada, nomeadamente como forma de recolha de informações importantes para fazer face à ameaça terrorista. Esta fonte de *Intelligence* “inclui todos os tipos de dados e informações recolhidas pelos seres humanos a partir de fontes abertas ou classificadas, pelo recurso à observação directa de comportamentos, eventos ou objetos” (Fernandes, 2014, p. 111).

A HUMINT vem permitir o acesso a informações relativas a “planos e intenções adversárias, deliberações e decisões, pesquisa e desenvolvimento de estratégias, doutrina, liderança, relações políticas ou militares, sistemas de armas, infraestrutura física e cultural e condições médicas” (ITACG, 2009, p. 7). Importa ainda referir que a HUMINT “permite o acesso a dados e informações que são impossíveis, ou por vezes difíceis, de obter através

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

do recurso a outros meios” (ITACG, 2009, p. 7), pelo que, muitas vezes, a sua utilização mostra-se indispensável para que se consiga obter informação oportuna e relevante para combater determinado fenómeno, como é o caso do terrorismo.

Nesse sentido, Matos (2016, p. 167) vem afirmar que “é indispensável desenvolver acções na área do contraterrorismo ofensivo, particularmente na área da HUMINT, infiltrando células, grupos ou redes de organizações terroristas que constituam, ou possam vir a constituir-se como fontes de ameaça à segurança e defesa de Estados”, obtendo, desta feita, informações privilegiadas e de grande utilidade no combate a este fenómeno do terrorismo. Este é, precisamente, um dos pontos que Ganor (cit. in Matos, 2012a) destaca no âmbito da HUMINT, pois este tipo de fonte vem permitir informação atualizada e precisa sobre o adversário em questão, nomeadamente questões relacionadas com as suas capacidades, a nível de meios materiais e humanos, e com as suas intenções, especialmente no que concerne a futuros planos de ataque, onde se mostra imperativo para os serviços de contraterrorismo obter a informação de quando, onde e como é que determinado grupo terrorista pretende atacar.

Hitz (2010), defende que os serviços de *Intelligence*, atuando com base na prevenção e preempção, como é seu apanágio, devem produzir *Intelligence* atempadamente de modo a que se consiga tomar as medidas necessárias para evitar um possível ataque terrorista. “O objetivo, nos dias de hoje, passa por prevenir que ocorra outro 11 de Setembro, outro ataque bombista nos comboios de Madrid ou outro ataque terrorista no metro de Londres, e não só descobrir quais os seus autores” (Hitz, 2010, p. 261). Para conseguir esse objetivo, Hitz (2010) defende que é essencial a utilização de meios humanos infiltrados em redes terroristas, pois desta forma é possível atuar eficazmente enquanto essas redes ainda estão a planear e organizar determinado ataque terrorista, realçando, assim, a importância que este tipo de fonte de *Intelligence* assume no combate ao terrorismo.

Após o atentado de 11 de setembro, houve uma grande pressão para se aumentar o número de fontes humanas a operar no terreno para os serviços de *Intelligence*, sendo que entre os anos de 2001 e 2006 a *Central Intelligence Agency* (CIA) triplicou o número agentes treinados para esse mesmo fim (Zegart, 2007). No entanto, o sucesso das operações no âmbito da HUMINT não depende propriamente do número de elementos que se encontram no terreno, mas sim da qualidade que esses possuem para a prossecução da sua missão, que para além de terem que ser bons no que fazem, devem operar de formas

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

distintas, não sendo profícuo ter mais espiões a fazer o mesmo (Zegart, 2007). Como defende Hitz (2010, p. 274), para se ter sucesso numa operação de infiltração, “o agente deve ser bom nessa tarefa”, pois só com bons agentes no terreno se conseguirá uma operação eficaz, onde são alcançados os objetivos propostos.

Johnson (2010), ao comparar a HUMINT com a TECHINT, sendo esta última todas as fontes de *Intelligence* de base tecnológica, realça o facto de as fontes humanas serem consideravelmente menos dispendiosas do que todos os meios tecnológicos utilizados para a obtenção de informação. Para além das disparidades financeiras destas duas fontes de *Intelligence*, Johnson (2010, p. 17) realça algumas fragilidades inerentes ao uso da TECHINT, entre as quais a dificuldade existente na recolha de informação em ambientes fechados, dando como exemplo “as grutas de montanhas do Afeganistão ou no Paquistão, onde terroristas planearam as suas operações, ou as cavernas subterrâneas, onde os norte-coreanos construíram armas atómicas”.

No que concerne à HUMINT, este problema já não se verifica, pois as fontes humanas conseguem superar essas barreiras físicas, principalmente se estiverem inseridas no grupo ou organização de onde pretendem recolher informações. Alguns profissionais de *Intelligence* relacionam, inclusive, alguns falhanços no combate ao terrorismo com a falta de fontes humanas devidamente posicionadas num grupo ou organização terrorista (Hitz, 2010), algo que podia impedir muitos avanços e vitórias que os terroristas obtêm na prossecução dos seus objetivos. Johnson (2010), afirma ainda, que no caso do combate ao terrorismo é mais profícuo ter um agente inserido ou próximo de uma organização terrorista do que uma imensidão de meios tecnológicos que, por mais inovadores que possam ser, no âmbito do terrorismo, ficam claramente aquém do potencial humano.

Esta ideia é, igualmente, defendida por Matos (2012a, p. 139) que vem realçar que na “luta contra o fenómeno terrorista, e em especial o de matriz islamista, o alcance tecnológico que hoje grande parte dos serviços de informações mundiais detém ficam incompletos sem esse vector fundamental da actividade de *Intelligence* que é a HUMINT”.

Não querendo desvalorizar o potencial da TECHINT, que, naturalmente, pode ter um contributo enorme em várias áreas, onde o terrorismo não se exclui, a HUMINT assume-se, claramente, como a fonte de *Intelligence* que pode alcançar maior eficácia e eficiência na luta contra o fenómeno terrorista, devendo, a sua utilização, ser complementada por outras fontes de *Intelligence*. Hitz (2010) defende que a HUMINT só é verdadeiramente eficaz se as fontes humanas utilizadas estiverem devidamente apoiadas

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

por meios tecnológicos, nomeadamente no que concerne à partilha de informações recolhidas por estas fontes ou à transmissão de novas missões para as mesmas executarem.

Deve, então, haver uma complementaridade entre os meios humanos e as outras fontes de *Intelligence*, nomeadamente os meios tecnológicos, que se mostram uma excelente ferramenta para auxiliar e complementar as missões dadas aos agentes no terreno, principalmente para fazer face a organizações terroristas que se mostram bem estruturadas e com um grande poderio humano e material.

Capítulo III – O agente infiltrado

3.1- As ações encobertas no contexto português – análise legislativa e doutrinária

Antes de especificarmos as ações encobertas no âmbito do contraterrorismo, importa, naturalmente, fazer uma primeira abordagem dentro da legislação portuguesa e da doutrina que se debruça sobre esta temática, que, no contexto português, se insere no âmbito da investigação criminal.

Importa realçar que a investigação criminal e a *intelligence* são áreas distintas, pelo que as ações encobertas realizadas no âmbito da investigação criminal serão diferentes das efetuadas no espectro da *intelligence*. A investigação criminal pode ser definida como “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo” (Cf. art.º 1º da LOIC), algo que difere das conceptualizações de *intelligence* apresentadas supra.

Segundo Marx (1995a), a expansão das ações encobertas enquanto tática de combate à criminalidade deve-se, fundamentalmente, às mudanças sentidas nos padrões de crime e nas prioridades das forças de segurança, em conjugação com as alterações realizadas no plano organizacional, legislativo e judicial das sociedades. Valente (2014, p. 527), no mesmo sentido, vem justificar a implementação deste meio de combate ao crime com o surgir de uma “(nova) criminalidade, mais sofisticada e apetrechada de meios materiais e humanos e extra-muros nacionais e regionais” que “coloca novos desafios à justiça e aos seus operadores judiciários”.

A utilização de ações encobertas por parte das forças policiais não é, propriamente, uma prática recente, mostrando-se desde muito cedo como uma tática propícia para fazer face à criminalidade. Segundo Fijnaut e Marx (1995, p. 15), esta tática já é praticada na Europa desde o século XVI, e que “no decorrer no século XIX tornou-se uma tática usualmente praticada no âmbito da estratégia policial na Europa Ocidental, começando, igualmente, a ser implementada na América do Norte”.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Em Portugal, a primeira abordagem legislativa à utilização das ações encobertas surge com o Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de dezembro (Lei da Droga) (Oneto, 2005). Este decreto-lei, no seu artigo 52.º n.º1, vem mencionar que “não é punível a conduta do funcionário de investigação criminal que, para fins de inquérito, e sem revelação da sua qualidade e identidade, aceitar directamente ou por intermédio de um terceiro a entrega de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas”.

A figura do agente infiltrado está, atualmente, prevista no regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, a Lei n.º101/2001, de 25 de agosto. O mesmo diploma legal, no seu artigo 1.º n.º2, vem definir ações encobertas como “aquelas que sejam desenvolvidas por funcionários de investigação criminal ou por terceiro actuando sob o controlo da Polícia Judiciária para prevenção ou repressão dos crimes indicados nesta lei, com ocultação da sua qualidade e identidade”, denotando-se aqui, igualmente, uma aproximação ao conceito de agente infiltrado.

Segundo este artigo, a Polícia Judiciária (PJ) é o órgão de polícia criminal (OPC) que detém o controlo e a direcção das operações no âmbito das ações encobertas em Portugal, embora tais operações possam ser materializadas por um terceiro, seja elemento policial ou civil, desde que na dependência e controlo da PJ. Como esclarece Oneto (2005, p. 142) “a direcção da operação, sem prejuízo das necessárias autorizações das entidades judiciais, compete à Polícia Judiciária, actuando esta com autonomia técnica e tática”.

No que concerne à conceptualização de agente infiltrado, e analisando agora a doutrina existente em Portugal, Valente (2010) vem apresentar uma definição holística e esclarecedora desta figura, referindo que este agente é:

o funcionário de investigação criminal ou terceiro, por exemplo, o cidadão particular, que actue sob o controlo da Polícia Judiciária que, com ocultação da sua qualidade e identidade e com o fim de obter provas para a incriminação do suspeito ou suspeitos, ganha a sua confiança pessoal, para melhor o observar, em ordem a obter informações relativas às atividades criminosas de que é suspeito e provas contra ele (Valente, 2010, p.525).

Relativamente à utilização deste recurso, Oneto (2005, p. 127) afirma que “apesar de algumas reticências quanto ao recurso ao agente infiltrado, os tribunais tendem a aceitar a figura do agente infiltrado”, dada a eficácia desta tática para fins de prevenção e investigação criminal. Ainda na esteira desta autora, e a título de exemplo, existe o Acórdão n.º578/98, de 14 de outubro, onde “o Tribunal Constitucional admite a

excepcionalidade do meio de provas através do recurso a um agente infiltrado” (Oneto, 2005, p. 127).

Valente (2010, pp. 520-521), também no que concerne ao uso desta tática, vem defender que “o agente infiltrado é um meio de obtenção de provas que colide com o exercício de direitos fundamentais (...) o que coloca certas reservas ao recurso a uma técnica de investigação e prevenção criminal excepcional”. Trata-se, portanto, de um meio privilegiado de investigação criminal que só deverá ser utilizado em *ultima ratio*, ou seja, quando, efetivamente, a sua utilização for indispensável para a eficácia de determinada investigação.

Uma questão amiúde levantada na doutrina portuguesa, e que assume especial relevância aquando da discussão das ações encobertas, é a distinção entre os conceitos de agente infiltrado e de agente provocador. O agente provocador pode ser definido como “aquele que, sendo um cidadão particular ou entidade policial, convence outrem à prática de um crime, não querendo o crime *a se*, e sim, pretendendo submeter esse outrem a um processo penal e, em último caso, a uma pena” (Meireis cit. in Gonçalves, Alves e Valente, 2001, p. 255), algo que não se relaciona com a definição já apresentada de agente infiltrado.

Para Marques da Silva (cit. in Gonçalves et al., 2001, p. 255) este agente atua com base na provocação, e essa provocação “não revela o crime e o criminoso, mas cria o próprio crime e o próprio criminoso e, por isso, é contrária à própria finalidade da investigação criminal, uma vez que gera o seu próprio objecto”. Gonçalves et al. (p. 256), de acordo com os autores citados, vêm referir que o agente provocador “ao determinar outrem à prática de um crime, ele age, também, com dolo relativamente à realização do crime”, ou seja, “o agente provocador não pode deixar de querer, também, a própria consumação do crime, levado a efeito, embora por outra pessoa”.

Gonçalves et al. (2001, p. 259) vêm esclarecer que “sendo o agente provocador, como é, agente do próprio crime, este é sempre inadmissível face à ordem jurídica portuguesa”, referindo ainda que nenhuma outra legislação em Portugal prevê esta figura. Valente (2010, p. 532), no que concerne a este ponto, refere que “a Lei n.º101/2001 não legaliza a figura do *agente provocador*, cuja actuação e provas assim obtidas são ilícitas e violam os princípios democrático e da lealdade, vectores que devem estar presentes na prevenção e na investigação criminal”. Para este autor, os objetivos no âmbito do combate à criminalidade, nomeadamente a nível da eficácia e da eficiência, jamais poderão ir contra

os valores inerentes a um Estado de direito democrático e não devem colocar em causa aqueles que são os direitos, liberdades e garantias do cidadão.

Outra questão que assume especial relevância e alguma discordância na doutrina portuguesa é a delimitação entre a figura do agente infiltrado e a do agente encoberto. Oneto (2005, p. 139) defende que não há nenhuma distinção entre estas duas figuras, admitindo, no entanto, que a haver alguma diferenciação entre estas, “o agente encoberto possa ser um sub-espécie do agente infiltrado”. Ainda na esteira desta autora, no Regime Jurídico das Acções Encobertas (Lei n.º101/2001, de 25 de agosto), o legislador refere-se sempre ao termo “agente encoberto” e nunca à expressão de “agente infiltrado”, denotando que aquando da utilização do termo “agente encoberto” inclui-se “a realidade que pode comportar as duas figuras” (Oneto, 2005, p.141).

Uma diferente visão é apresentada por Valente (2010), que defende que estes dois conceitos são distintos e não podem ser confundidos, mesmo apesar de haver alguma proximidade entre os mesmos. Para Valente (2010, p. 538), um agente encoberto pode ser um OPC, seja da PJ, da Polícia de Segurança Pública (PSP) ou da Guarda Nacional Republicana (GNR), ou um terceiro que, ocultando a sua identidade ou a sua qualidade, “frequente os lugares conotados com o crime (...) com a finalidade de identificar, e eventualmente deter, possíveis suspeitos da prática de crimes (...) sem, contudo, que a sua conduta determine a prática de qualquer crime ou conquiste a confiança de alguém”.

A definição proposta pelo autor, apresenta, efetivamente, algumas diferenças em relação à conceptualização que o mesmo faz de “agente infiltrado”. No caso do agente encoberto, este não participa nem interage com os suspeitos em causa, com o propósito de tentar ganhar a sua confiança ou alterar o rumo dos acontecimentos. Como refere Meireis (cit. in Valente, 2010, pp. 538-539), em relação ao agente encoberto, naquela situação “poderia estar qualquer outra pessoa e as coisas aconteceriam da mesma forma; aqui o risco corre, no todo, por conta do delinquente (...) o agente encoberto nunca teve nem o domínio absoluto nem o domínio funcional do facto.”

Esta é uma tese com a qual concordamos, pois a missão desempenhada por um agente infiltrado é, claramente, distinta da que é levada a cabo por um agente encoberto, devendo os dois conceitos serem devidamente distinguidos. Não podemos englobar num mesmo termo dois tipos de abordagem que nos parecem tão distintas, daí a premência na sua correta diferenciação.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Por fim, e no que concerne ao catálogo de crimes abrangidos pelo Regime Jurídico das Ações Encobertas, o mesmo sofreu alterações com a aprovação, em Conselho de Ministros de 19 de fevereiro de 2015, da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, que veio incluir, nesta panóplia de crimes onde são admissíveis as ações encobertas, crimes referentes a “organizações terroristas, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo;” (artigo 2.º, alínea f), Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto.

Desta feita, e muito devido à ameaça terrorista que se tem vindo a analisar ao longo desta dissertação, Portugal possui, desde 2015, a tipificação legal do agente infiltrado para a investigação de crimes no contexto do terrorismo, estando, assim, apto, pelo menos a nível legal e no âmbito da prevenção e investigação criminal, a implementar esta tática para fazer face ao fenómeno terrorista.

3.2- O processo de infiltração contraterrorista

Importa agora analisarmos, mais especificamente, a questão da infiltração de meios humanos no âmbito da *Intelligence*. Este processo de infiltração, usualmente conhecido como espionagem, não engloba, por si só, toda a HUMINT, visto que é considerado apenas uma das vertentes da recolha de informação através de fontes humanas. A HUMINT constitui-se como todas as formas de obtenção de informação através desse tipo de fonte, não dizendo respeito de forma exclusiva à infiltração, embora este método seja um dos que mais sucesso e eficácia consegue alcançar no que concerne à recolha de informação de relevo para os serviços de *Intelligence* (Goldman, 2015).

A utilização desta tática em grupos terroristas vem permitir, ou pelo menos aumentar a probabilidade de alcançar, aquele que é o primado da prevenção terrorista, ou seja, a oportuna identificação ou localização “quer das intenções e capacidades, quer dos planos de ataque de um determinado grupo ou organização terrorista, cujo conhecimento prévio permitirá, por um lado, proceder ao seu desmantelamento e, por outro, à aplicação de respostas adequadas” (Matos, 2016, p. 218).

Como defende Ganor (2011, pp. 59-60), “o desafio para qualquer entidade contraterrorista é tentar pensar inovadoramente e antecipar não só o que vão fazer amanhã, mas o que vão fazer depois de amanhã”. É, precisamente, aí que as informações obtidas

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

através de um agente infiltrado podem fazer toda a diferença na prevenção e resposta ao fenómeno terrorista, pois a infiltração de fontes humanas em organizações terroristas permite obter informações que não poderiam ser alcançadas de nenhuma outra forma. O facto de os serviços de *Intelligence* não possuírem fontes humanas no terreno pode representar um não acompanhamento, em tempo útil, das ameaças que se insurgem contra a segurança das sociedades, sendo esse facto, em grande medida, responsável por alguns falhanços existentes no âmbito da *Intelligence* (Hitz, 2010).

A corroborar esta ideia, Herbst (2003, p. 41) afirma que “a utilização de agentes infiltrados em grupos terroristas, assim como o uso de informantes, constitui uma importante parte do contraterrorismo moderno” (Herbst, 2003, p. 41). No entanto, ainda na esteira deste autor, esta tática não assume uma grande utilização por parte das forças de segurança, algo que, naturalmente, se prende com o facto de não ser propriamente uma tarefa de fácil prossecução.

Gómez (2007, p. 1) reforça categoricamente esta posição, afirmando que “a infiltração de agentes em grupos terroristas constitui um dos procedimentos de obtenção de informações mais complexos e arriscados”, sendo a área do terrorismo “uma área diferente e mais complexa do que qualquer outra área abrangida pela *Intelligence*” (Pillar cit. in Matos, 2016, p. 221). Matos vem ainda acrescentar que “no caso concreto do terrorismo de matriz islamista, essa dificuldade é acrescida por factores de ordem social e cultural” (Matos, 2016, p. 221), caso que abordaremos mais à frente.

Mostra-se imperativo, então, analisar os riscos inerentes a um processo de infiltração contraterrorista e perceber se a recolha de informações sobre determinado grupo é de tal forma premente e importante no âmbito do contraterrorismo, que justifica correr esses mesmos riscos e por em causa a integridade física do agente infiltrado. Marx (1995b, p. 313) vem, precisamente, alertar que esta tática da infiltração, e independentemente do âmbito de atuação da mesma, seja este *Intelligence* ou investigação criminal, “deve ser utilizada cautelosamente e só depois de uma cuidada consideração das alternativas e dos riscos”.

Reforçamos esta ideia de *ultima ratio*, já abordada, relativamente às ações encobertas no âmbito da *Intelligence*. Como refere MacGaffin (cit. in Matos, 2012b), um dos princípios basilares na recolha de informações por parte de fontes humanas é, precisamente, o facto de esta tática dever ser utilizada apenas como último recurso e após uma correta avaliação das probabilidades de sucesso que a mesma pode garantir. Ou seja,

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

apesar das vantagens que a infiltração de agentes em grupos terroristas pode representar no combate ao fenómeno terrorista, tal tática só deve ser utilizada quando nenhuma outra se mostrar profícua na prossecução desse fim. Os riscos inerentes à infiltração fazem com que a sua utilização careça, impreterivelmente, de uma avaliação prévia das suas possibilidades de sucesso e que a sua utilização não seja vulgarizada enquanto forma de combate ao terrorismo.

Outra questão de importante análise é o facto de o agente infiltrado, na maior parte das vezes, especialmente no âmbito do terrorismo, não ser um membro das Forças e Serviços de Segurança, “por norma, o objetivo de uma operação de infiltração passa por recrutar um agente, adequado ao grupo que se pretende infiltrar, para executar essa mesma infiltração” (Hulnick, 2004, p. 167). Isto acontece porque no caso particular do fenómeno terrorista “proteger os agentes infiltrados é cada vez mais difícil (...) e colocar agentes pertencentes a serviços de informações em risco não é uma decisão fácil para um serviço de informações, podendo essa mesma decisão colocar em cheque toda a operação” (Hulnick, 2004, p. 168).

O facto de o agente que se encontra no terreno não ser um elemento de uma força ou serviço de segurança, não significa, no entanto, que o mesmo não possui qualquer tipo de proteção. Apesar dos riscos em que este incorre, e podem ser vários ao infiltrar-se num determinado grupo terrorista, é sempre garantida, na medida do possível, alguma proteção a esse agente (Hulnick, 2004).

Importa, também, no âmbito desta temática, fazermos a distinção entre os conceitos de infiltração e de penetração de grupos terroristas. A infiltração, como temos vindo a abordar ao longo deste capítulo, opera-se de fora para dentro do alvo, ou seja, trata-se de um agente recrutado que se vai infiltrar dentro de determinado grupo e, a partir daí, recolher informações. A penetração, no sentido oposto, opera-se de dentro para fora, ou seja, “quando um elemento que já pertence à estrutura desse alvo, ou com este há muito tem relações ou acesso privilegiado, se dispõe a fornecer informações a partir do seu interior” (Matos, 2016, p. 225).

Por fim, e após percebermos todo o potencial que a infiltração de fontes humanas pode ter no combate a determinada estrutura, realçamos também a importância que a contraespionagem assume em qualquer Estado sobre o qual impende determinada ameaça, nomeadamente a ameaça terrorista. A possibilidade de ter terroristas infiltrados em sociedades democráticas, seja no governo ou nas forças militares ou de segurança desses

Estados, não pode ser descurada, pois como refere Sulick (2013, p. 289) “a informação obtida por um terrorista infiltrado pode permitir a perpetração de ataques terroristas devastadores em que resulte um elevado número de vítimas”.

3.2.1- As fases da infiltração contraterrorista

No que concerne à infiltração contraterrorista, segundo Gómez (2007), pode ser dividida em sete fases: 1) Recrutamento; 2) Formação e Treino; 3) Imersão; 4) Infiltração; 5) Seguimento e Reforço; 6) Exfiltração; e 7) Reinserção/Desactivação (Cf. Anexo VII, fig. 7). Importa, pois, diferenciar e aprofundar cada uma das fases, de modo a ter uma correta e holística visão de como se desenrola esta tática de ação contraterrorista.

Começando pela fase do recrutamento, que se constitui como um processo complexo, longo e incerto, dada a sua grande probabilidade de falhanço (Ferguson, 2004), Matos (2016, p. 224) vem afirmar que “para a penetração ou infiltração de um alvo, por exemplo um grupo ou organização terrorista, o recrutamento é feito de acordo com o perfil adequado, previamente estabelecido de entre potenciais “alvos” de recrutamento”. Ainda na esteira deste autor (2016, p. 225), o perfil do recrutado prende-se, entre outros fatores, com “as características físicas e psicológicas do alvo; o seu acesso à estrutura ou informação que se pretende infiltrar; o grau e tipo de “motivação” ou o “background” criminal”.

No que concerne às características do recrutado, Ferguson (2004) vem defender que o mesmo deve possuir características que se coadunem com o ambiente onde este irá ser infiltrado, ou seja, o objetivo passa por este indivíduo não apresentar nenhuma característica que o distinga dos demais, mas sim características comuns com o grupo a infiltrar por forma a facilitar essa mesma infiltração. Mais à frente, onde analisaremos a questão da infiltração em grupos de matriz jihadista, iremos debruçar-nos sobre as características que deve possuir um agente infiltrado para este tipo de grupo, no entanto, fica já aqui a ideia de que muito dificilmente poderá ser um agente com características, físicas e culturais, do Ocidente.

Relativamente às motivações de um agente infiltrado, Hitz (2010) destaca algumas que podem estar presentes aquando do recrutamento de um agente, nomeadamente: motivações ideológicas; razões monetárias; motivos relacionados com a prestação de cuidados médicos; o desejo de vingança; motivos sexuais; a chantagem; a

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

intimidação/ameaça; a amizade; e a proximidade étnica, cultural ou religiosa. Hitz (2010, p. 274) vem também esclarecer que, para além das motivações que podem levar um agente a infiltrar um determinado grupo, um potencial agente infiltrado deve ter a capacidade de interpretar uma pessoa que não é, assim como uma grande capacidade de manipulação, ou seja, para além deste estar fortemente motivado para levar a cabo a sua missão, “ele ou ela devem ser bons na realização dessa tarefa”.

Em relação ao “background” criminal, Matos (2016) vem realçar um paradoxo, pelo facto deste “background” poder ser um fator impeditivo ou facilitador. É, por um lado, impeditivo, pois “pode comprometer a autorização superior da missão, por imperativos éticos e/ou de ordem legal”, por outro, pode-se revelar facilitador, pois pode auxiliar a infiltração desse agente, no sentido de levar a que o mesmo seja mais facilmente aceite no grupo que se pretende infiltrar (Matos, 2016, p. 225).

Ainda no que concerne a esta primeira fase da infiltração contraterrorista, realçamos também a posição de Gómez (2007), que divide esta fase em dois momentos distintos: a captação e a seleção. A captação consiste em criar um perfil ideal, que consiste num conjunto de características físicas e psicológicas que se mostram necessárias para a prossecução de determinada missão e, após a delineação desse perfil, tenta-se encontrar e recrutar uma pessoa que se encaixe ou que se aproxime ao máximo dessas características. A seleção, por outro lado, consiste na difusão, por parte dos serviços de *Intelligence*, das suas necessidades a nível de fontes humanas, e a partir daí, e após obter um conjunto de candidatos a essa tarefa, é escolhida a pessoa que se apresentar mais adequada e apta para essa missão.

A formação e treino, segunda fase da infiltração contraterrorista, é a fase em que, após o recrutamento do agente a infiltrar, este é devidamente treinado e preparado para a missão que lhe é incumbida. De acordo com Gómez (2007, p. 10), esta fase contempla “três áreas: a psicológica, a instrumental e a profissional”, sendo que, na perspetiva de Matos (2016), as componentes instrumental e profissional podem ser agregadas apenas numa única área, que o mesmo designa de operacional ou operativa.

Na componente psicológica, de uma forma geral, treinam-se as capacidades sociais do recrutado, visando-se aumentar as suas habilidades de persuasão e comunicação, de resolução de problemas interpessoais, o seu controlo emocional e a sua capacidade para mentir (Gómez, 2007). Basicamente, o objetivo passa por treinar o recrutado para o

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

ambiente que este vai encontrar quando estiver infiltrado, e prepará-lo para as dificuldades, a nível psicológico, com que se vai deparar.

A área instrumental prende-se com os conhecimentos que se mostram ou se podem vir a revelar úteis para o recrutado operar no terreno de forma eficaz (Gómez, 2007). Entre alguns exemplos dados por Gómez (2007), temos a preparação para situações de violência, condução avançada de veículos, autodefesa, conhecimentos no âmbito da informática e das comunicações, o domínio do idioma ou idiomas necessários para a infiltração e o conhecimento, no âmbito identitário e contextual, do grupo terrorista alvo.

Por fim, temos a componente profissional, que se traduz no conjunto de procedimentos técnicos necessários para a operação da infiltração contraterrorista, tais como a gestão e interceção de comunicações, técnicas no âmbito da vigilância, tratamento das informações obtidas, manuseamento e conhecimentos técnicos acerca do armamento utilizado pelo grupo terrorista e a análise de operações (Gómez, 2007).

Na terceira fase da infiltração contraterrorista temos a imersão, que se traduz em “estabelecer, configurar e implantar uma identidade psicológica fictícia no agente infiltrado escolhido para a execução de determinada missão de infiltração” (Gómez, 2007, p. 12), sendo, ainda na esteira deste autor, a fase que apresenta maior complexidade de entre todas as que compõem a infiltração contraterrorista.

Como afirma Matos (2016, p. 227), este processo visa dois objetivos essenciais: “por um lado, confirmar o grau de incorporação da identidade por parte do agente; por outro, verificar a eficácia da sua representação”. Ao mesmo tempo, mostra-se fundamental que permaneçam protegidos e imunes aqueles que são os elementos constituintes da sua identidade própria, por forma a que não haja sobreposições entre as duas identidades que o agente passa agora a possuir, a real e a fictícia (Gómez, 2007).

Nesta fase, o agente em causa possui, indiscutivelmente, uma árdua tarefa para levar a cabo, pois precisa de se incorporar de forma imaculada com um novo perfil biográfico, claramente distinto do seu, de modo a conseguir responder categoricamente a qualquer questão sobre esta nova identidade e evitando quaisquer suspeitas aquando da sua atuação. Só desta forma se consegue alcançar uma infiltração onde haja, efetivamente, a probabilidade de ser bem-sucedida.

A quarta fase, a infiltração, é a primeira fase operativa de um processo de infiltração contraterrorista (Gómez, 2007), que se desenrola após o cumprimento das três primeiras fases, de índole psicológica.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Esta fase traduz-se no primeiro contacto direto que o agente infiltrado tem com o grupo terrorista alvo (Gómez, 2007), e “pode ser executada de forma isolada ou integrada, de acordo com o perfil criado para o agente e atento às especificidades do alvo” (Matos, 2016, p. 228) No entanto, Matos (2016) refere que, no caso específico do terrorismo, a abordagem isolada apresenta-se como a mais apropriada, dadas as dificuldades inerentes à infiltração deste tipo de grupos, normalmente fechados e com elevados níveis de segurança.

A complexidade e dificuldades inerentes a este tipo de infiltração levam a que, sempre que possível, esta fase da infiltração seja devidamente acompanhada por uma equipa de segurança e vigilância que deve centrar a sua atenção no conjunto de medidas de segurança e contra vigilância destas estruturas terroristas (Matos, 2016).

A fase seguinte, de seguimento e reforço, segundo Gómez (2007), procura alcançar quatro objetivos fundamentais: a cobertura do agente infiltrado; a recolha de informações úteis e relevantes; orientar o agente infiltrado acerca das condutas e procedimentos táticos a adotar, adaptando-se a tática aos acontecimentos que vão surgindo aquando da infiltração; e neutralizar os efeitos que a clandestinidade pode provocar no agente infiltrado, dando-lhe o apoio psicológico necessário e indispensável para que este continue focado na sua missão.

Para a prossecução destes objetivos, tem de se promover a ligação entre o agente infiltrado e o seu “*handler*” (agente que promove o contacto e monitoriza o agente infiltrado no terreno). De acordo com Matos (2016, p. 229), estas formas de contacto “estão devidamente implementadas, tendo sido exaustivamente previstas na fase de planeamento da operação, e contemplando inclusive outras formas de contacto alternativas”.

Destacamos aqui a importância do agente de contacto, na supervisão e no acompanhamento do agente infiltrado no terreno, que assume um papel preponderante na deteção de sinais de instabilidade por parte do agente infiltrado (Gómez, 2007). Johnson (2010) vem afirmar que nos casos em que os agentes infiltrados são terceiros, recrutados por apresentarem características (étnicas, religiosas, ideológicas, entre outras) que facilitam a sua infiltração, integração e aceitação na estrutura alvo, estes se revelam muito pouco confiáveis.

Segundo Johnson (2010), com este tipo de agente corre-se o risco de o mesmo apresentar falsos relatórios, vender a informação que detêm a outras entidades ou

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

comportar-se como um agente duplo, que é definido por Goldman (2015) como um agente que supostamente trabalha para uma instituição de *Intelligence* e encontra-se no terreno para recolher informações sobre um determinado grupo, mas que na realidade trabalha para esse grupo e o seu objetivo primordial passa por obter/roubar informações sobre aquela agência de *Intelligence*, de modo a favorecer o seu verdadeiro grupo. Todas estas situações só vêm reforçar a importância desta fase da infiltração contraterrorista, onde o agente de contacto tem a difícil, mas fulcral, tarefa de detetar qualquer tipo de sinal que indique que a eficácia da missão está ou poderá vir a ficar comprometida.

Na sexta fase da infiltração contraterrorista, a exfiltração, dá-se a extração do agente infiltrado do grupo alvo, onde a cobertura ao agente deve ser, sempre que possível, salvaguardada (Gómez, 2007).

Um plano de exfiltração deve estar devidamente delineado desde o início, assim como as suas alternativas, visto que pelas mais diversas razões pode ser necessária a extração do agente no terreno (Matos, 2016). Matos (2016, p. 229) destaca, precisamente, o facto desta fase não ocorrer, obrigatoriamente, no final da missão, sendo, por vezes, necessário proceder à exfiltração do agente de forma inopinada, por motivos que se prendem com o “comprometimento de segurança do agente, necessidade de reajustamento do processo de infiltração (substituição do agente ou alteração no modo de pesquisa e obtenção de informação), ou quando essa extração é temporária, por forma a reformular qualquer dos pressupostos referidos”.

Tendo em conta a complexidade e as dificuldades inerentes a este tipo de missão, mostra-se essencial o desenvolvimento de um plano de extração eficaz e passível de ser efetuado a qualquer altura, de modo a salvaguardar sempre, por um lado, a segurança do agente infiltrado, por outro, o sucesso da operação.

Por fim, temos a fase da reinserção/desativação, que consiste no agente infiltrado, após ser extraído do contexto onde estava inserido, ser reintegrado no seu ambiente pessoal e profissional antes de todo o processo de infiltração, voltando a adquirir, por completo, a sua verdadeira identidade (Gómez, 2007).

As operações de infiltração, como refere Oneto (2005), podem ser distinguidas entre *light cover* e *deep cover*, consoante a operação tenha uma duração até seis meses ou mais de seis meses, respetivamente. Naturalmente, que esta fase da reinserção se torna mais premente nos casos de *deep cover*, algo que torna esta fase num processo muito

delicado (Gómez, 2007), tendo em conta que o agente esteve muito tempo inserido noutra meio e a desempenhar um papel que não corresponde à sua verdadeira identidade.

Gómez (2007) alerta, ainda, que esta fase deve ser levada cabo independentemente de o agente voltar, ou não, a ser utilizado numa operação desta natureza, pois a reinserção é um processo indispensável para que o agente recupere, por completo, os traços de personalidade que possuía antes de toda a operação da infiltração.

3.3 – A ética e a espionagem

Muitas questões éticas são amiúde levantadas aquando da utilização desta tática da infiltração, pois a mesma vem colidir com alguns princípios presentes num Estado de direito democrático (Marx, 1995b). Qualquer forma de combate ao terrorismo, como é o caso da infiltração em redes terroristas, vem despoletar inúmeros dilemas morais, sendo o contraterrorismo, em todas as suas formas, uma área da segurança que frequentemente poderá chocar com certos valores éticos e morais (Jenkins, 2006).

Como afirma Godson (2001), a implementação de algumas ações no âmbito da *Intelligence* geraram alguma polémica, nomeadamente entre os Estados democráticos. Nestes Estados, a adoção de certas ações, especialmente nos finais do século XX, pautou-se pelo respeito dos valores inerentes a um Estado de direito democrático, sendo esta uma preocupação até mais premente do que a própria eficácia da ação em si, o que significa que esta questão da ética associada a operações de serviços de *Intelligence* não é propriamente recente.

Uma das acusações frequentemente dirigidas aos serviços de *Intelligence* é de que estes, ao recrutarem um terceiro para uma operação de infiltração, estão a colidir com certas regras morais, nomeadamente pelo facto de esses serem, por vezes, manipulados ou coagidos a levarem a cabo um objetivo delineado por esse serviço de *Intelligence*, sendo utilizados como um objeto para a prossecução desse fim (Langan, 2006). Outra questão que se coloca, por ser moralmente incorreta, é o facto de o agente infiltrado, aquando da sua infiltração, mentir sobre a sua identidade e as suas verdadeiras intenções no seio do grupo. Tal como já abordado, este deverá representar uma identidade fictícia, devendo este ser exímio na arte do engano e todas as suas ações se ancorarem em mentiras e falsidades.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

Por fim, realçamos também os perigos que este agente corre ao levar a cabo este tipo de missão, nomeadamente se for descoberto pelas estruturas que pretende infiltrar.

Olson (2006) afirma que a infiltração em organizações terroristas é um processo raro e difícil, e aponta como uma das razões para tal o facto de os terroristas se testarem uns aos outros através de atos sangrentos. “Nenhum terrorista é totalmente confiável para o resto do grupo até ele ou ela estiver diretamente envolvido/a no planeamento ou execução de um ataque terrorista com fatalidades” (Olson, 2006, p. 108), algo que constitui um impasse ético nesta questão da infiltração terrorista.

O cometimento de crimes (no caso do terrorismo, podemos estar a falar de crimes como homicídios em massa) é um dos grandes obstáculos que um agente que esteja infiltrado tem de enfrentar, pois ao estar inserido num meio onde as intenções do grupo são criminalmente puníveis, mais cedo ou mais tarde este deparar-se-á com uma situação onde é “compelido” a cometer um crime de modo a ser considerado um membro confiável e relevante no seio da organização. Tal facto, naturalmente, vai contra qualquer valor moral aceite numa sociedade democrática e assume-se como um argumento de peso em como a utilização desta tática colide com valores éticos e morais.

A grande questão que se coloca, proposta por Johnson (2006), é a de saber se as sociedades democráticas serão capazes de combater eficazmente as ameaças insurgentes no contexto internacional sem recorrer a táticas potencialmente lesivas de alguns direitos, liberdades e garantias, próprios de uma sociedade democrática, sabendo que do lado oposto apresenta-se um inimigo disposto a tudo, e capaz de atos sem qualquer tipo de compaixão e impasses morais para atormentar essas mesmas sociedades.

Langan (2006) vem afirmar que apesar de indiscutível o facto de a recolha de informação através de fontes humanas colidir com algumas normas morais, a adoção deste tipo de tática prende-se com a proteção de um bem maior, a segurança da sociedade, que se pode revelar um fator justificativo para certos tipos de ação, como este da infiltração de fontes humanas. Segundo este autor, a preservação da segurança e do bem-estar na sociedade pode ser considerado um objetivo moralmente digno e respeitável, defendendo que para que esse objetivo seja salvaguardado, a utilização de fontes humanas mostra-se essencial, visto que, em certos casos, apenas através da utilização deste tipo de meios se consegue obter informação sobre as intenções, capacidades e atividades de um atual ou potencial adversário. No entanto, tais meios não devem ser utilizados sem qualquer tipo de

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

limitações, pelo contrário, esta é uma tática cuja utilização requer uma justificação credível por forma a não ser utilizada indiscriminadamente (Langan, 2006).

Bloomfield (2006) defende que os meios utilizados para alcançar um interesse nacional, como é o caso da segurança, não podem ser analisados, sob uma perspetiva ética e moralista, de forma isolada. Há fins, como a segurança, a paz e o bem-estar da sociedade, que podem justificar certas ações e medidas que, noutras circunstâncias, não seriam justificáveis, e a “ameaça terrorista é assustadora o suficiente para o corpo político que justifica quase qualquer ação para a sua resposta” (Treverton, 2009, p.232).

Como refere Leigh (2005, p. 6), “a invasão dos direitos pode ser justificada por interesses públicos como é o caso da segurança nacional, mas apenas na medida do que se mostrar necessário”. As técnicas a utilizar para fazer face a determinada ameaça, seja ela qual for, devem ser implementadas proporcionalmente a essa mesma ameaça, tendo sempre em consideração os danos que podem ser causados aos direitos e liberdades do cidadão e às estruturas democráticas, que, como já vimos, devem ser sempre salvaguardados e, a serem lesados, que o sejam na medida do indispensável.

É indiscutível que os serviços de *Intelligence* têm pela frente uma árdua missão, principalmente com a ameaça terrorista (onde se destaca o jihadismo), a insurgir-se cada vez mais contra as sociedades livres e democráticas, devendo esses serviços possuírem certos poderes (legais e operacionais) para erradicar eficazmente este tipo de ameaça. No entanto, tais poderes não devem permitir que os serviços de *Intelligence* atuem sem qualquer tipo de limites e/ou restrições, muito menos numa sociedade democrática, mostrando-se essencial uma correta e forte supervisão e controlo desse tipo de serviços (Born & Johnson, 2005). Segundo estes autores, este tipo de supervisão assume uma grande importância, devendo ser uma função inerente a qualquer governo democrático. Os próprios serviços de *Intelligence* beneficiam com este tipo de abordagem e, acima de tudo, permite-lhes planear e executar as suas operações com legitimidade. “Tal facto é um resultado essencial numa sociedade livre” (Born & Johnson, 2005, p. 239).

A ameaça terrorista é uma ameaça que se irá prolongar ao longo de muitos anos, não sendo sequer possível prever quando e como tal ameaça irá ser erradicada do mundo (Jenkins, 2006). Tal facto significa que a luta contra este fenómeno e a defesa das sociedades democráticas irá prolongar-se ao longo dos anos, mas como defende Jenkins (2006, p. 176), “a defesa da democracia exige a defesa dos ideais democráticos”.

3.4 - A infiltração em grupos de matriz jihadista

Pretendemos neste subcapítulo fazer uma análise da utilização, e eventual eficácia, da tática de infiltração contraterrorista em grupos ou organizações terroristas de matriz jihadista. Como já vimos, para adotarmos uma política contraterrorista eficaz é necessário estudarmos e compreendermos o tipo de fenómeno com que estamos a lidar, o que passa por perceber as suas causas, motivações, objetivos, alvos, táticas e modos de atuação destes grupos terroristas (Crelinsten, 2009). No início da presente dissertação, debruçámo-nos, precisamente, sobre o estudo deste tipo de estruturas terroristas, e após termos explorado, também, o processo de infiltração contraterrorista, importa agora percebermos se é profícuo a utilização deste instrumento de ação relativamente a este tipo de organizações.

A infiltração de fontes humanas em organizações terroristas de matriz jihadista assume, desde logo, algumas dificuldades acrescidas, dadas as peculiaridades destes tipos de organizações. Tal dificuldade prende-se “não só pelo segredo e hermetismo que geralmente envolve esta actividade, mas também pelas características específicas – linguísticas, étnicas e religiosas – que envolvem o circuito do terrorismo jihadista” (Matos, 2012a, p. 139).

Olson (2006) vem, precisamente, apontar que uma das razões para a infiltração em grupos terroristas, nomeadamente de matriz jihadista, ser uma prática rara prende-se com o facto de as organizações terroristas serem, por norma, grupos fechados, onde os seus elementos já se conhecem há alguns anos e a sua paixão pela ideologia que defendem já é partilhada por igual tempo. São grupos que desconfiam do que é “estranho” e “diferente”, o que torna a sua infiltração um processo complexo e de tremenda dificuldade. Como vem explicar Shulsky e Schmitt (2002), o agente a recrutar deve ser alguém que tenha acesso, ou que possa vir a ter, em virtude de ter uma posição privilegiada (amigo, familiar, vizinho, etc.), a alguém ou algum grupo de onde se queira extrair informação.

No mesmo sentido, Vegar (2007, p. 175) vem defender que é rara a utilização deste tipo de recurso em organizações jihadistas, “já que as células são organizações impenetráveis por natureza, dado que os investigadores não conseguem quebrar a barreira de desconfiança criada pelo abismo cultural, religioso e linguístico”. O mesmo autor defende, por outro lado, que com os informadores já há maior probabilidade de sucesso,

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

pois nem todos os que vivem no seio de uma comunidade controlada por grupos jihadistas possuem as mesmas crenças que estes extremistas, não apresentando qualquer tipo de lealdade para com os mesmos. Este autor defende, então, que há uma maior facilidade com a utilização de informadores ao invés de agente infiltrados, efetivamente, inseridos no seio do grupo.

Como já abordámos anteriormente, no caso do terrorismo, a utilização de um terceiro como agente infiltrado, ao invés de um elemento das forças e serviços de segurança, apresenta-se como a forma mais adequada de se levar a cabo este tipo de operação (Hulnick, 2004). Para uma maior probabilidade de sucesso, aquando da infiltração contraterrorista, o agente a infiltrar deve possuir semelhanças com os elementos do grupo alvo da infiltração, pois “dada a assimetria social e cultural, mostra-se particularmente difícil a infiltração de um agente recrutado por um serviço de informações ocidental” (Matos, 2016, p. 224).

Mostra-se então importante que o elemento a recrutar, para ser infiltrado na estrutura jihadista em causa, possua a mesma origem étnica, nacionalidade, religião e outras afinidades com o grupo visado, pois desta forma há uma maior probabilidade deste, em primeiro lugar, ser aceite no grupo e, posteriormente, começar a ganhar a confiança dos seus elementos. Deste modo torna-se mais fácil extrair a informação necessária e premente para o desenvolvimento de medidas eficazes e eficientes no âmbito do contraterrorismo.

No entanto, Johnson (2010) vem alertar para a dificuldade inerente ao recrutamento de terceiros para posterior infiltração, onde as sociedades fechadas como as do Médio Oriente, onde se instalam as estruturas jihadistas, se apresentam como as mais difíceis de recrutar com sucesso. Para além deste facto, a impossibilidade de confiar plenamente nesse tipo de “agente”, como já referimos, constitui também um impasse no recrutamento desse tipo de elementos.

Outra ideia que relevamos é a proposta por Olson (2006), que refere que as organizações terroristas testam os seus elementos através de atos sangrentos, de modo a perceber se são confiáveis e mais valias para a estrutura terrorista, algo que pode ser considerado uma prática comum no seio de grupos jihadistas. Como já abordámos, estes grupos planeiam e executam amiúde ataques repletos de violência, onde infligir a dor e morte ao outro (infiel) se constitui como um objetivo primordial da sua ação. Em última análise, significa que um agente que se infiltre neste tipo de grupo terrorista deparar-se-á com uma situação onde, através de atos sangrentos e cruéis, terá de provar a sua lealdade

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

ao grupo, mas acima de tudo à ideologia que supostamente o move, o que constitui um tremendo impasse quando se planeia a infiltração de um agente em grupos de matriz jihadista.

São, pois, muitas as dificuldades e os obstáculos inerentes à infiltração de agentes em organizações de matriz islamista/jihadista, levando a que a utilização desta técnica/tática apenas seja feita quando haja, efetivamente, possibilidades de sucesso. Os sucessos inerentes a este tipo de operação podem ser tremendos no âmbito da ação contraterrorista. Todavia, a probabilidade de não ser bem-sucedida é, indiscutivelmente, (ainda) muito elevada.

Conclusão

Iniciámos esta investigação, conscientes do papel-chave que a ação contraterrorista assume, hoje, face ao sentimento de insegurança generalizado que resulta da ameaça terrorista que impende sobre as nossas sociedades. Urge, pois, a adoção de políticas preventivas e ofensivas para fazer face a esta ameaça, a qual se constitui como umas das mais alarmantes no plano securitário das sociedades livres e democráticas.

A nossa investigação teve como objetivo, tendo em conta a sua relevância, uma análise do papel da HUMINT no contraterrorismo, nomeadamente no que concerne à infiltração de fontes humanas em redes terroristas, por forma a perceber se a utilização desta tática deverá ser parte integrante do conjunto de medidas que devem compor a estratégia contraterrorista de qualquer país sobre o qual impenda a ameaça terrorista de matriz islamista, onde Portugal, como vimos, não se pode excluir.

O terrorismo, nas suas várias tipologias, já há muito que se constitui como uma das ameaças mais prementes à segurança dos Estados. Hodiernamente, é o terrorismo de inspiração religiosa islamista que protagoniza um confronto com as sociedades ocidentais, onde é exemplo maior o atentado de 11 de setembro em solo norte-americano, mas também os vários atentados recentemente perpetrados em cidades europeias.

Este é um fenómeno que há muito suprimiu barreiras geográficas, muito por força da globalização e das redes sociais, que se mostraram ferramentas facilitadoras da divulgação e propagação da ideologia islamista por todo o Globo, tornando-o mais permeável a esta ameaça. A radicalização e o recrutamento de cidadãos ocidentais constituem uma preocupação no plano securitário, pois, por um lado, tem-se verificado a deslocação desses cidadãos para os palcos de conflito jihadista da Síria e Iraque, fortalecendo os grupos jihadistas que por lá combatem, e, por outro, torna uma possibilidade credível a execução de ataques terroristas por parte de cidadãos ocidentais, movidos pela ideologia jihadista, no seu regresso aos países de origem.

Portugal, inevitavelmente, não se encontra imune a esta ameaça. Para além de existirem cidadãos nacionais a combater nas fileiras do Estado Islâmico, existe uma ameaça clara desta organização jihadista à Península Ibérica. Como vimos, um ataque a Portugal não será visto como uma prioridade para os grupos jihadistas, pois o nível de

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

mediatismo de Portugal não se compara com o de outros países da Europa. No entanto, a possibilidade de uma ofensiva ser perpetrada em território luso constitui uma realidade com a qual as nossas forças e serviços de segurança devem saber lidar.

Consideramos, então, indispensável que as nossas forças e serviços de segurança se centrem nesta ameaça e desenvolvam medidas capazes de proteger os seus cidadãos das ofensivas destes grupos extremistas. Atendendo ao facto de esta ameaça ser global, afetando e ameaçando um largo conjunto de países, mostra-se essencial uma articulada coordenação entre esses vários Estados na luta contra este fenómeno, nomeadamente no que concerne à partilha de informações, facto que se pode revelar preponderante na eficácia da atuação das forças e serviços de segurança.

Parte dessa atuação deve passar pela *Intelligence*, que, como vimos, assume um papel essencial no contraterrorismo. No que concerne ao terrorismo de matriz islamista, cujos apoiantes, radicalizados e recrutados, se encontram espalhados por todo o globo, dificultando, em muito, a erradicação deste tipo de terrorismo, a produção de *Intelligence* mostra-se fundamental, pois é essencial obter informações sobre estas estruturas terroristas, saber quem, quando, onde e como estas pretendem atuar nos palcos ocidentais, e sabê-lo de forma atempada, para que se consigam evitar ataques terroristas nas nossas sociedades. É, precisamente, este o primado da *Intelligence* no contraterrorismo, conseguir obter informações sobre determinado grupo terrorista e conseguir desmantelá-lo antes que este consiga materializar os seus planos de ataque.

De entre as várias formas de recolha de informações que analisámos, a HUMINT assumiu papel de destaque na nossa investigação. Consideramos este tipo de fonte de informações como o mais eficaz e eficiente na luta contra o terrorismo, pois uma única fonte humana próxima de um grupo terrorista poderá fornecer informações sobre esse mesmo grupo que dificilmente poderiam ser obtidas de outra forma. A proximidade que este tipo de fonte pode ter com o alvo em causa constitui-se como um fator preponderante para o seu sucesso, pois poderá permitir à fonte humana a obtenção de informações importantes para, em primeira instância, evitar uma possível ofensiva desse grupo, e, em segundo lugar, o próprio desmantelamento dessa mesma estrutura.

Uma das vertentes da HUMINT é a do agente infiltrado, no entanto, não é a sua única vertente, pois um serviço de *Intelligence* pode ter inúmeras fontes humanas a atuar no terreno, sem que necessariamente estas estejam infiltradas no grupo terrorista alvo. Urge fazer uma distinção clara, no âmbito da HUMINT, entre os agentes que se encontram

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

próximos de determinada estrutura, mas não fazem parte das fileiras da mesma, e os agentes que procuraram, efetivamente, infiltrar-se nessas estruturas, a fim de recolher informações. Como vimos, um constitui-se como um agente encoberto, enquanto o outro é um agente infiltrado.

A infiltração em si, no âmbito do contraterrorismo, assumiu maior destaque na presente dissertação, onde tentámos perceber se esta se assume como uma importante medida no combate ao terrorismo. Uma questão que importa aqui realçar é a de que não defendemos que esse agente de infiltração seja um elemento pertencente aos quadros das forças e serviços de segurança, atendendo à perigosidade inerente a este tipo de operação, tanto mais que este, muito possivelmente, não teria a mesma facilidade que um terceiro em se infiltrar no grupo, que acarretaria menos suspeitas sobre si. Este tipo de operação deve ter como protagonista um terceiro que, devidamente monitorizado por um controlador/supervisor (*handler*), deverá levar a cabo a missão de se infiltrar, ganhar a confiança do grupo e extrair informações importantes para os serviços de informações, algo que deverá ser feito em concordância com as diversas fases da infiltração contraterrorista, que analisámos pormenorizadamente ao longo deste trabalho.

Outra diferenciação que fizemos foi a de penetração e de infiltração. Por um lado, temos um agente que já se encontra inserido dentro de um grupo e que é posteriormente recrutado pelos serviços de informações; por outro, um agente que é recrutado e treinado pelos serviços de informações e que depois visa infiltrar-se nessa estrutura. Na questão da penetração, embora supostamente esteja garantida a tarefa de recolha de informações, há algumas questões que devem ser tidas em conta: por um lado, é extremamente difícil recrutar um agente que já esteja integrado numa estrutura terrorista; por outro, mesmo que se consiga fazê-lo, o nível de confiabilidade no mesmo é muito baixo, dada a elevada probabilidade deste se comportar como um agente duplo. No que concerne à infiltração, apesar de ter a dificuldade acrescida de todo o processo de infiltração, consideramos que é um tipo de operação, por um lado, mais fácil de se levar a cabo, e, por outro, o grau de confiança no agente infiltrado é maior.

Para além da análise da tática de infiltração contraterrorista, importou-nos também fazer a ponte com o terrorismo de matriz islamista, dado o alcance e impacto que este tipo de terrorismo assume nos dias de hoje. A implementação deste tipo de operação torna-se mais complicado nestas organizações, dado as peculiaridades inerentes a estas estruturas terroristas. As barreiras culturais e linguísticas entre estes grupos e as sociedades

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

ocidentais obstam, na maioria dos casos, a que seja um ocidental a levar a cabo este tipo de operação, algo que torna ainda mais difícil o recrutamento de um agente, o qual deve, como vimos, estar enquadrado com o tipo de cultura e ambiente do qual irá fazer parte. Para além das dificuldades inerentes ao recrutamento de um agente para se infiltrar neste tipo de estruturas, surge uma dificuldade acrescida pelo facto de estas organizações serem muito fechadas, sendo muito difícil conseguir que um elemento de fora possa infiltrar-se, ganhar a confiança do grupo e ter acesso a informações verdadeiramente pertinentes sobre um plano de ataque ou sobre a localização de líderes jihadistas.

Inevitavelmente, os impasses éticos e morais associados a este tipo de operação contraterrorista foram também alvo de atenção na nossa investigação. O contraterrorismo, de um modo geral, levanta algumas questões ético-legais, onde a dicotomia entre liberdade e segurança deve ser tida em conta no desenho das medidas contraterroristas adotadas pelas forças e serviços de segurança de um Estado democrático.

Na infiltração contraterrorista, em particular, destacamos duas questões éticas que carecem de especial aquando deste tipo de operações. Por um lado, a questão de se utilizar um terceiro para a prossecução de uma operação contraterrorista, onde para além de este ser usado para alcançar objetivos dos serviços de informações, o mesmo coloca em risco a sua integridade física, ou até mesmo a vida, neste tipo de operações. Por outro, a possibilidade de este agente ser obrigado a cometer crimes sangrentos, para ganhar a confiança do grupo, constitui um tremendo impasse ético. Todas estas questões vão, claramente, contra os valores morais das sociedades democráticas, devendo ser tidas em conta aquando da adoção deste tipo de medida contraterrorista.

Para eficazmente se fazer face à ameaça jihadista, é imperativo que as forças e serviços de segurança dos vários países ameaçados por este tipo de terrorismo desenvolvam um conjunto de medidas contraterroristas. Parte dessas medidas deverá passar pela *Intelligence*, nomeadamente através da HUMINT, que assume um papel preponderante no contraterrorismo. Consideramos importante que as forças e serviços de segurança em Portugal, onde destacamos o SIS e o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa), mas também forças de segurança como a PSP, procurem desenvolver a vertente da HUMINT no combate ao terrorismo jihadista, pois é através da produção de *Intelligence* que se poderão contrariar as iniciativas desses grupos ou organizações, ou de cidadãos por estes radicalizados e recrutados.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

No que concerne à infiltração contraterrorista, e dado as especificidades e complexidade deste tipo de operação, julgamos que esta tática apenas deverá ser utilizada em *ultima ratio* e não deve constituir-se como uma medida prioritária para fazer face a organizações terroristas, muito menos as de matriz islamista. As dificuldades no recrutamento do elemento certo, numa infiltração bem conseguida num grupo terrorista, assim como as questões éticas levantadas neste tipo de operação, são as principais razões para que a infiltração contraterrorista não assuma um papel primordial na luta contra o terrorismo.

No entanto, não deixamos de considerar que uma infiltração bem conseguida poderá alcançar excelentes resultados no combate às organizações terroristas, nomeadamente no que concerne ao desmantelamento de redes terroristas, detenção dos seus líderes e na prevenção de qualquer tipo de ofensiva terrorista, não devendo, a sua utilização, ser descurada por parte das forças e serviços de segurança. Nos casos em que as medidas contraterroristas adotadas se mostram infrutíferas e as organizações terroristas conseguem sistematicamente a perpetração de ataques em territórios ocidentais, consideramos que poderá ser estudada a implementação deste tipo de tática para fazer face às estruturas terroristas.

Por último, e tendo em conta o impacto que o fenómeno terrorista assume nos dias de hoje, consideramos pertinente a elaboração de mais estudos no âmbito do contraterrorismo, nomeadamente na vertente da *Intelligence*, onde a ponte com o terrorismo jihadista se afigura relevante por força do seu protagonismo nos tempos de hoje. Consideramos que a elaboração de trabalhos que permitam conhecer melhor este tipo de ameaça e que explorem medidas no âmbito do contraterrorismo, podem auxiliar as forças e serviços de segurança a assegurar aquele que se mostra como um dos pilares fundamentais de uma sociedade democrática, a Segurança.

Referências

- Anes, J. (2006). O Terrorismo Religioso Contemporâneo. In Barbosa P., Pereira R., Anes, J., Baêna, M., & Ribeiro, S. (Eds.), *As Teias do Terror - Novas Ameaças Globais* (pp. 81-114). Lisboa: Ésquilo.
- Barber, B. (2001). *Jihad vs McWorld*. New York: Ballantine Books.
- Bénichou, D., Khosrokhavar, F., & Migaux, P. (2015). *Le Jihadisme - Le Comprendre pour mieux le combattre*. Paris: Plon.
- Biersteker, T., & Eckert, S. (Eds.). (2008). *Countering the financing of terrorism*. London: Routledge.
- Bloomfield JR, L. (2006). Legitimacy of Covert Action: Sorting out the Moral Responsibilities. In Goldman J. (Ed.), *Ethics of Spying. A Reader for the Intelligence Professional* (pp. 193-205). Lanham: The Scarecrow Press.
- Born, H. & Johnson, L. (2005). Balancing Operacional Efficiency and Democratic Legitimacy. In Born, H., Johnson, L., & Leigh, I. (Eds.), *Who's Watching the Spies? Establishing Intelligence Service Accountability* (pp. 225-240). Washington, D.C.: Potomac Books.
- Brachman, J. (2009). *Global jihadism: theory and practice*. London: Routledge.
- Canotilho, J., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I. (4ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional da Administração.
- Crelinsten, R. (2009). *Counterterrorism*. Cambridge: Polity Press.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Crenshaw, M. (2010). Introduction. In Crenshaw, M. (Ed.), *The Consequences of Counterterrorism* (pp. 1-30). New York: Russell Sage Foundation.
- Duarte, F. (2011). Jihadismo global: a (in) coerência de uma estratégia de subversão? *Nação & Defesa*, 128 (5), 215-243. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4751>.
- Duarte, F. (2015). *Jihadismo Global - Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Marcador.
- Esposito, J. (Ed.) (2003). *The Oxford Dictionary of Islam*. Oxford: Oxford University Press.
- Ferguson, H. (2004). *Spy, A Handbook*. London: Bloomsbury.
- Fernandes, L. (2004). As sociedades contemporâneas e a ameaça terrorista. In Moreira, A. (Ed.), *Terrorismo* (pp. 415-438). Coimbra: Livraria Almedina.
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fijnaut, C., e Marx, G. (1995). Introduction: The Normalization of Undercover Policing in the West. Historical and Contemporary Perspectives. In Fijnaut, C., e Marx, G. (Eds.), *Undercover. Police surveillance in comparative perspective* (pp. 1-27). The Hague: Kluwer Law International.
- Finn, J. (2010). Counterterrorism Regimes and the Rule of Law: The Effects of Emergency Legislation on Separation of Powers, Civil Liberties, and Other Fundamental Constitutional Norms. In Crenshaw, M. (Ed.), *The Consequences of Counterterrorism* (pp. 33-93). New York: Russell Sage Foundation.
- Franco, H., Moleiro, R. (2015). *Os Jihadistas Portugueses*. Lisboa: Lua de Papel.
- Ganor, B. (2002). Defining Terrorism: Is One Man's Terrorist another Man's Freedom Fighter? *Police Practice and Research*, 3 (4), 287-304. DOI: <https://doi.org/10.1080/1561426022000032060>.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Ganor, B. (2005). *The Counter-Terrorism Puzzle: A Guide for Decision Makers*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Ganor, B. (2011). O Contraterrorismo é uma espécie de activismo de direitos humanos, *Revista Segurança e Defesa*, 16, 56-61.
- Ganor, B. (2015). *Global alert: the rationality of modern Islamist terrorism and the challenge to the liberal democratic world*. New York: Columbia University Press.
- Gerges, F. (2009). *The far enemy: why Jihad went global* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Given, L. (Ed.) (2008). *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (Vols.1-2). Los Angeles: Sage Publications.
- Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (2), 57-63.
- Godson, R. (2001). *Dirty Tricks or Trump Cards: U.S. Covert Action & Counterintelligence*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Goldman, J. (2006). *Words of intelligence: a dictionary*. Maryland: The Scarecrow Press.
- Goldman, J. (Ed.). (2015). *The Central Intelligence Agency: an encyclopedia of covert ops, intelligence gathering, and spies*. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Gómez, A. (2007). Doctrina de Infiltración para Inteligencia Contraterrorista. *Athena Intelligence Paper*, 2 (3), 1-23. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/320250504/Doctrina-de-Infiltracion-para-Inteligencia-Contraterrorista-pdf>.
- Gonçalves, F., Alves, M., e Valente, M. (2001). *Lei e Crime. O Agente Infiltrado Versus o Agente Provocador. Os Princípios do Processo Penal*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, A. (2004). Terrorismo Transnacional e a Ordem Internacional. *Nação & Defesa*, 108 (2), 169-197. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1357>.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Herbst, P. (2003). *Talking Terrorism. A Dictionary of the Loaded Language of Political Violence*. Westport: Greenwood Press.
- Hitz, F. (2010). Human Source Intelligence. In Johnson, L. (Ed.), *The Oxford Handbook of National Security Intelligence* (pp. 257-274). Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, B. (2006). *Inside terrorism*. New York: Columbia University Press.
- Hulnick, A. (2004). Espionage: Does It Have a Future in the 21st Century?. *Brown Journal of World Affairs*, 11 (1), 165-173.
- Hulnick, A. (2006). What's wrong with the Intelligence Cycle? *Intelligence and National Security*, 21 (6), 959-979.
- Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.
- Jenkins, B. (2006). *Unconquerable nation: knowing our enemy, strengthening ourselves*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- Johnson, L. (2006). Ethics of Covert Operations. In Goldman J. (Ed.), *Ethics of Spying. A Reader for the Intelligence Professional* (pp. 266-299). Lanham: The Scarecrow Press.
- Johnson, L. (2010). National Security Intelligence. In Johnson, L. (Ed.), *The Oxford Handbook of National Security Intelligence* (pp. 3-32). Oxford: Oxford University Press.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Langan, J. (2006). Moral Damage and the Justification of Intelligence Collection from Human Sources. In Goldman J. (Ed.), *Ethics of Spying. A Reader for the Intelligence Professional* (pp. 104-113). Lanham: The Scarecrow Press.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Leigh, I. (2005). More Closely Watching the Spies: Three Decades of Experiences. In Born, H., Johnson, L., & Leigh, I. (Eds), *Who's Watching the Spies? Establishing Intelligence Service Accountability* (pp. 3-11). Washington, D.C.: Potomac Books.
- Lowenthal, M. (2008). *Intelligence: From Secrets to Policy*. (4th ed.). Washington, DC: CQ Press.
- Marcelino, V. (2016). *Terrorismo. SIS confirma que houve uma ameaça direta a Portugal*. In Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/terrorismo-sis-confirma-que-houve-uma-ameaca-direta-a-portugal-5296707.html>.
- Marx, G. (1995a). When the Guards Guard Themselves: Undercover Tactics Turned Inward. In Fijnaut, C., Marx, G. (Eds.), *Undercover. Police surveillance in comparative perspective* (pp. 213-233). The Hague: Kluwer Law International.
- Marx, G. (1995b). Undercover: Some Implications for Policy. In Fijnaut, C., Marx, G. (Eds.), *Undercover. Police surveillance in comparative perspective* (pp. 313-321). The Hague: Kluwer Law International.
- Matos, H. (2011). E depois de Bin Laden? Implicações estratégicas no fenómeno terrorista internacional: uma reflexão. *Politeia*. 8 (1), 9-38.
- Matos, H. (2012a). "Contraterrorismo Ofensivo. O "targeted killing" na eliminação de alvos terroristas: o caso dos EUA e de Israel". *JANUS.NET e-journal of international Relations*, 3 (2), 122-147. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n2/pt/pt_vol3_n2_art7.pdf.
- Matos, H. (2012b). Contraterrorismo: O papel da intelligence na acção preventiva e ofensiva. In *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PA_P1146_ed.pdf.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Matos, H. (2016). *Terrorismo e Contraterrorismo: Sistemas de Segurança Interna*.
Lisboa: Caleidoscópio.
- McDowell, D. (2009). *Strategic intelligence: a handbook for practitioners, managers and users* (Rev. ed.). Maryland: The Scarecrow Press.
- Merari, A. (2005). Social, organizational and psychological factors in suicide terrorism. In Bjorgo T., (Ed.), *Root causes of terrorism: myths, reality, and ways forward* (pp. 70-86). London: Routledge.
- Olson, J. (2006). *Fair Play. The moral dilemmas of spying*. Washington, D.C.: Potomac Books.
- Oneto, I. (2005). *O Agente Infiltrado*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pape, R. & Feldman, J. (2010). *Cutting the fuse: the explosion of global suicide terrorism and how to stop it*. Chicago: University of Chicago Press.
- Piazza, J. A. (2009). Is Islamist Terrorism More Dangerous? An Empirical Study of Group Ideology, Organization, and Goal Structure. *Terrorism and Political Violence*, 21(1), 62–88. DOI: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09546550802544698>.
- Pinto, M. (2004). A Jihad Global e o contexto europeu. In Moreira, A. (Ed.), *Terrorismo* (pp. 439-460). Coimbra: Livraria Almedina.
- Pires, N. (2016). *Resposta ao Jihadismo Radical. Políticas e Estratégias para vencer grupos como a Al-Qaeda ou o Daesh*. Lisboa: Nexo Literário.
- Purpura, P. (2007). *Terrorism and Homeland Security. An Introduction with Applications*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Ranstorp, M. (Ed.). (2010). *Understanding violent radicalisation: terrorist and jihadist movements in Europe*. London: Routledge.
- Rapoport, D. (2004). The Four Waves of Modern Terrorism. In Cronin A. & Ludes, J. (Eds.) *Attacking Terrorism. Elements of a Grand Strategy* (pp. 46-73). Washington D.C.: Georgetown University Press.
- Reinares, F. (2007). What Threat Does Jihadist Terrorism Currently Pose to Spain? *Real Instituto Elcano*, 33, 1-8. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org>.
- Reinares, F. (2008). El terrorismo global: un fenómeno polimorfo. *Real Instituto Elcano*, 84, 1-7. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org>.
- Reinares, F. (2010). A New Composite Global Terrorism Threat to Western Societies from Pakistan? Making sense of the January 2008 suicide bomb plot in Barcelona. *Real Instituto Elcano*, 28, 1-18. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org>.
- Schweitzer, Y., & Shay, S. (2003). *The globalization of terror: the challenge of Al-Qaida and the response of the international community*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Shulsky, A., & Schmitt, G. (2002). *Silent warfare: understanding the world of intelligence* (3rd ed., rev). Washington, D.C: Brassey's.
- Silva, T. (2015). A ameaça terrorista em Portugal. (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/16264/1/tese%20a%20amea%C3%A7a%20terrorista%20em%20portugal.pdf>.
- Schmid, A. & Singh, R. (2009). Measuring Success and Failure in Terrorism and Counter-terrorism: US government metrics of the global war on terror. In Schmid, A. & Hindle, G. (Eds.), *After the war on terror: Regional and multilateral perspectives on counter-terrorism strategy* (pp. 33-61). London: RUSI Books.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

- Schmid, A. (Ed.). (2011). *The Routledge handbook of terrorism research*. London: Routledge.
- Springer, D., Regens, J. & Edger, D. (2009). *Islamic radicalism and global jihad*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Sulick, M. (2013). *American spies: espionage against the United States from the Cold War to the present*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Tecedeiro, H. (2016). *Estado Islâmico tem grupo especial para preparar ataques ao Al Andalus*. In Diário de Notícias. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/estado-islamico-tem-grupo-especial-para-preparar-ataques-ao-al-andalus-5265991.html>.
- Tomé, L. (2015a). Prefácio. In Franco, H. e Moleiro, R. (Eds.), *Os Jihadistas Portugueses* (pp. 11-15). Lisboa: Lua de Papel.
- Tomé, L. (2015b). “Estado Islâmico”: Percurso e alcance um ano depois da auto-proclamação do “califado”. *JANUS.NET e-journal of international Relations*, 6 (1), 125-149. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol6_n1/pt/pt_vol6_n1_art8.pdf.
- Torres, A. (2004). Terrorismo: o apocalipse da Razão? (islamismo político, sociedade, economia). In Moreira, A. (Ed.), *Terrorismo* (pp. 13-120). Coimbra: Livraria Almedina.
- Treverton, G. (2009). *Intelligence for an age of terror*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Valente, M. (2010). *Processo Penal* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Valente, M. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial* (4ª ed.). Coimbra: Almedina.

O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo jihadista

- Vegar, J. (2007). O encaixe das rodas dentadas: A investigação do terrorismo jihadista em Portugal. *Sociologia, Problemas E Práticas*, 54, 163–181. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/54/555.pdf>.
- Veness, D. (2009). Introduction. In Schmid, A. & Hindle, G (Eds.), *After the war on terror: Regional and multilateral perspectives on counter-terrorism strategy* (pp. 1-7). London: RUSI Books.
- Vidino, L. (2006). *Al Qaeda in Europe*. The New Battleground of International Jihad. New York: Prometheus Books.
- Vinhas, R. (2003). EUA: de nação indispensável à dispensabilidade das outras nações? Impacto nas relações transatlânticas. *Negócios Estrangeiros*, 4-5, 32-39.
- Warner, M. (2002). Wanted: A Definition of “Intelligence”. *Studies in Intelligence*, 46 (3), 15-22.
- Weinberg, L., & Eubank, W. L. (2006). *What is terrorism?* New York: Chelsea House Publishers.
- Wirtz, J. (2010). The sources and methods of intelligence studies. In Johnson L. (Ed.), *The Oxford Handbook of National Security Intelligence* (pp. 59-69). Oxford: Oxford University Press.
- Zegart, A. B. (2007). *Spying blind: the CIA, the FBI, and the origins of 9/11*. Princeton: Princeton University Press.

Legislação e documentos oficiais

Acórdão nº578/98, de 14 de outubro.

Decreto-Lei nº430/83, de 13 de dezembro (Lei da Droga).

EUROPOL (2015). *TE-SAT 2015, European Union Terrorism Situation and Trend Report*.

Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2015>.

EUROPOL (2016). *TE-SAT 2016, European Union Terrorism Situation and Trend Report*.

Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2016>.

Interagency Threat Assessment and Coordination Group. (2009). *Intelligence Guide for First Responders*. National Counterterrorism Center.

International Crisis Group (2005). *Understanding Islamism* (Middle East/North Africa Report N°37). Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/understanding-islamism>.

Joint Chiefs of Staff (2010). *Antiterrorism* (Joint Publication 3-07.2).

Lei nº101/2001, de 25 de agosto (Regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal).

Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro (Regula a utilização de câmaras de vídeo).

Lei nº49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro (Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo).

Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2012.

Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2013.

**O papel da HUMINT no contraterrorismo: A infiltração contraterrorista e o terrorismo
jihadista**

Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2014.

Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2015.

Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2016.

Anexos

Anexo I

Figura 1 - Territórios que o DAESH pretende conquistar até 2020.



Fonte: www.dn.pt

Anexo II

Figura 2 - Número de indivíduos detidos na União Europeia por ligações com grupos de matriz islamista, em 2015.



Fonte: TE-SAT 2016.

Anexo III

Figura 3 - Número de indivíduos detidos na União Europeia por ligações com grupos de matriz islamista, de 2011 a 2015.

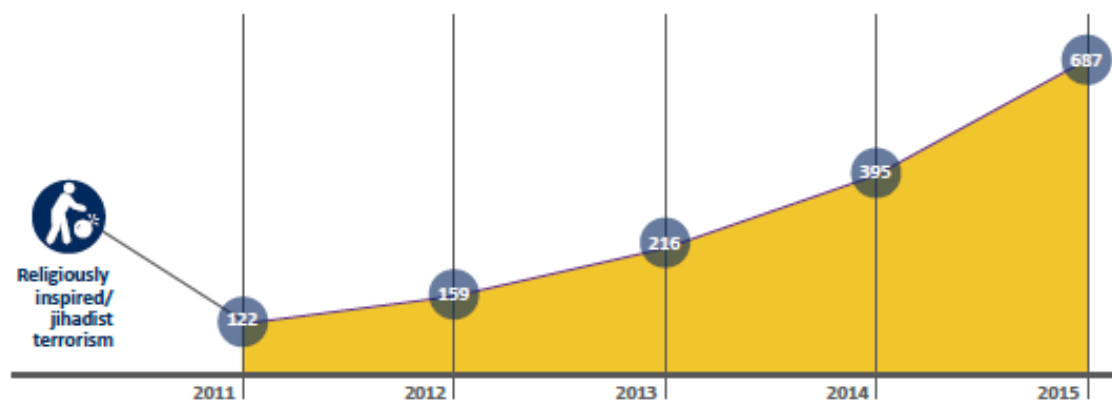


Figure 5: Number of suspects arrested for religiously inspired/jihadist terrorism 2011 to 2015

Fonte: TE-SAT 2016

Anexo IV

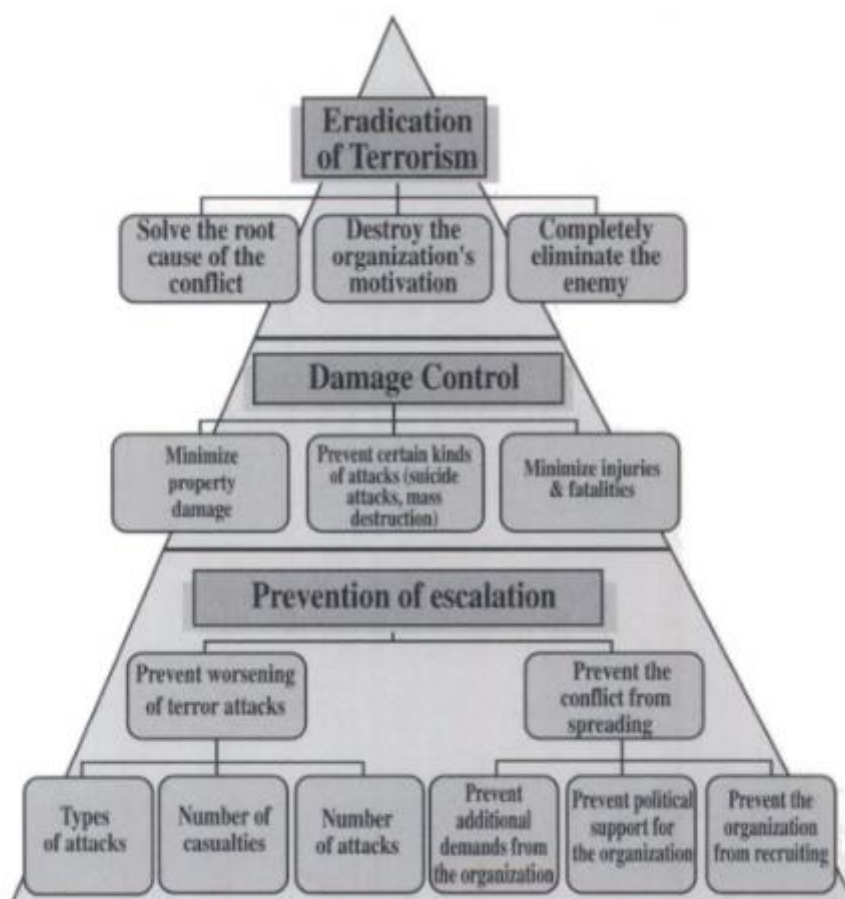
Figura 4 - Número de ataques e detenções feitas, no âmbito do terrorismo, na União Europeia, em 2015.



Fonte: TE-SAT 2016

Anexo V

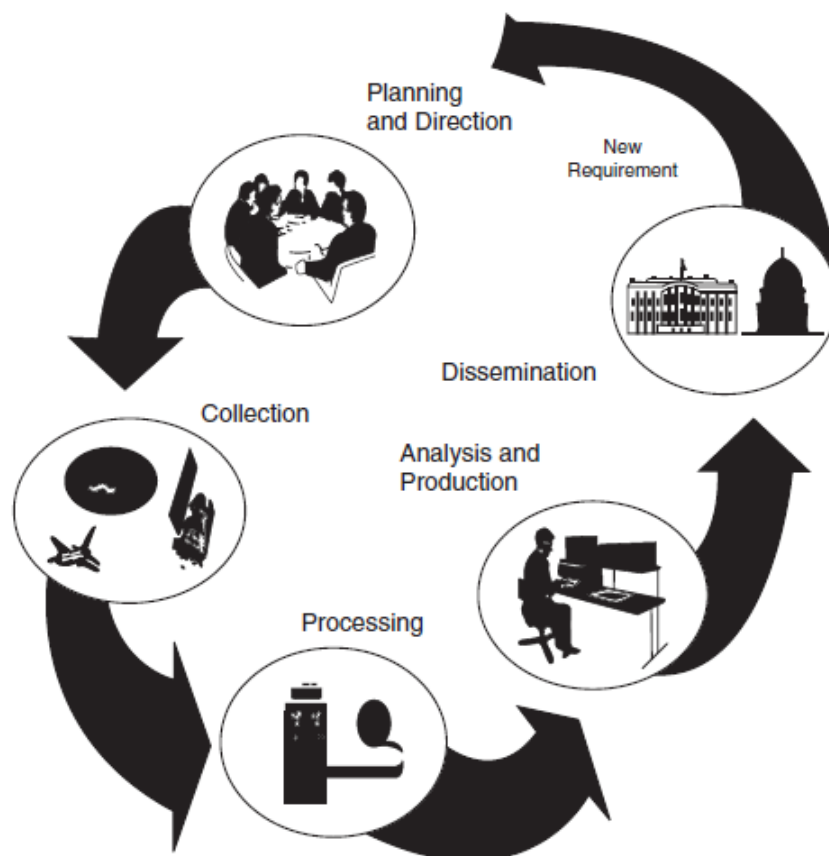
Figura 5 - Objetivos estratégicos do contraterrorismo.



Fonte: Ganor (2005)

Anexo VI

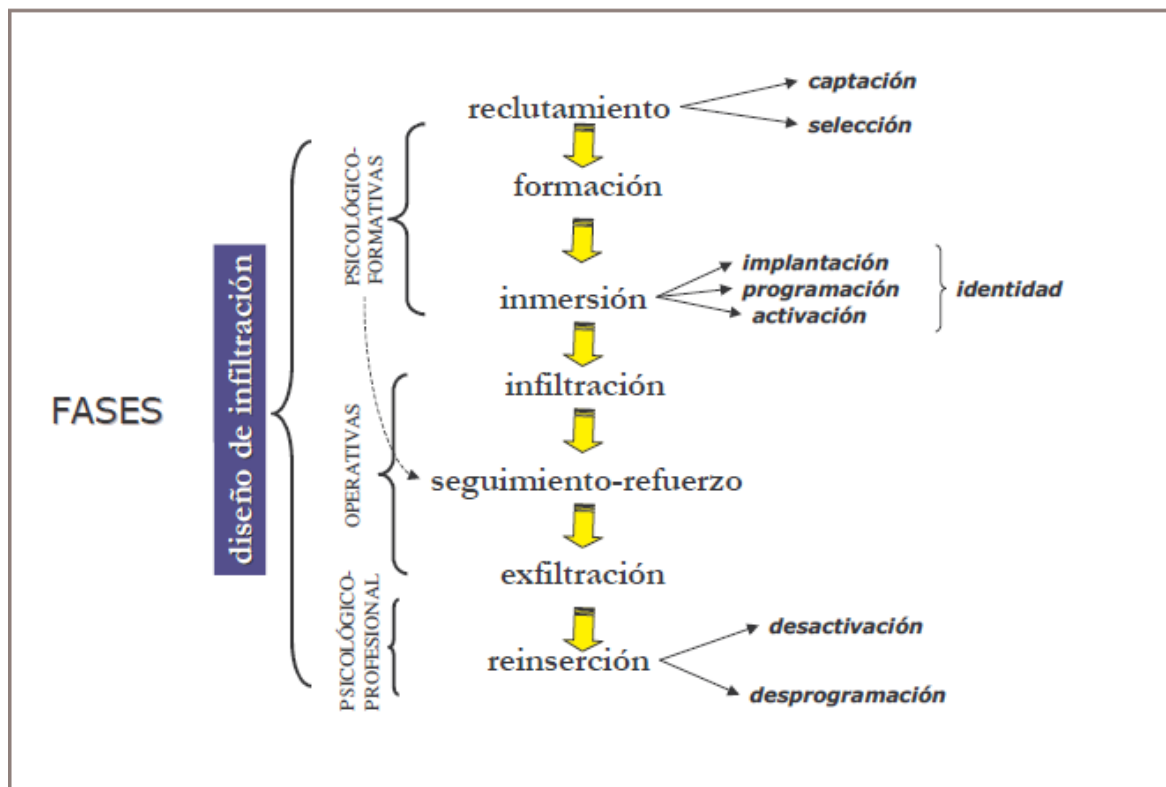
Figura 6 - Ciclo de produção de *intelligence*.



Fonte: Johnson (2010)

Anexo VII

Figura 7 - Fases da infiltração contrterrorista.



Fonte: Gómez (2007)